Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF Nº 01.340.937/0001-79

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. A Administração.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2018

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - *Em milhares de reais*

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.782	20.718	20.848	21.653
Contas a receber e outros recebíveis	5	304.436	288.240	307.476	394.585
Estoques		120.766	149.412	120.892	149.545
Impostos e contribuições a recuperar		58.145	62.270	62.349	65.299
Adiantamentos a fornecedores		12.713	15.247	67.182	50.512
Despesas antecipadas		1.303	1.502	1.307	1.709
Total do ativo circulante		518.145	537.389	580.054	683.303
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	5	211.982	73.762	192.192	57.083
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	41.154	50.216	37.474	44.360
Permanente					
Investimentos	6 a	5.795	139.884	5.794	5.158
Imobilizado	7	41.000	74.003	76.416	165.682
Intangível		145	1.018	147	25.891
Total do ativo não circulante		300.076	338.883	312.023	298.174
Total do ativo		**818.221**	**876.272**	**892.077**	**981.477**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		22.774	31.704	23.551	33.452
Empréstimos e financiamentos	8	6.034	10.464	9.756	27.331
Provisões e encargos trabalhistas		14.405	25.118	14.409	25.118
Obrigações fiscais		42.285	49.226	42.539	49.300
Adiantamento de clientes		60.583	44.315	62.146	48.664
Total do passivo circulante		146.081	160.827	152.401	183.874
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar					
Empréstimos e financiamentos	8	8.486	18.337	100.079	125.730
Obrigações fiscais		21	21.172	21	21.172
Provisão para contingências	11	78.722	64.272	78.722	64.271
Provisão para perdas em investimentos	6 b	31.566	32.073	7.509	6.839
Total do passivo não circulante		118.795	135.854	186.331	218.012
Patrimônio Líquido					
Capital social	13 a	860.144	860.144	860.144	860.144
Prejuízos acumulados	13 b	(324.061)	(299.208)	(324.061)	(299.208)
Ajuste de avaliação patrimonial	13 c	17.262	18.655	17.262	18.655
Total do patrimônio líquido		553.345	579.591	553.345	579.591
Total do passivo e patrimônio líquido		**818.221**	**876.272**	**892.077**	**981.477**

Demonstrações do resultados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - *Em milhares de reais*

	Nota Explicativa	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida		170.852	289.583	179.111	298.890
Custo dos serviços prestados		(176.646)	(254.919)	(206.697)	(275.472)
Lucro/Prejuízo bruto		(5.794)	34.664	(27.586)	23.418
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(33.248)	(86.052)	(26.603)	(101.964)
Outras receitas (despesas) líquidas		17.592	16.737	30.450	14.672
		(15.656)	(69.315)	3.847	(87.292)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(21.450)	(34.651)	(23.739)	(63.874)
Receitas financeiras		5.416	12.468	5.176	12.381
Despesas financeiras		(2.174)	(9.518)	(3.113)	(17.698)
Resultado financeiro líquido		3.242	2.950	2.063	(5.317)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		2.536	(31.281)	3.820	(471)
Resultado antes dos impostos		(15.672)	(62.982)	(17.856)	(69.662)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(121)	(123)	(121)	(123)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(9.060)	(12.104)	(6.876)	(5.424)
Resultado do exercício		**(24.853)**	**(75.209)**	**(24.853)**	**(75.209)**

Demonstrações do resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - *Em milhares de reais*

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	(24.853)	(75.209)	(24.853)	(75.209)
Variação cambial de conversão de operações no exterior	(1.393)	4.831	(1.393)	4.831
Resultado abrangente total	(26.246)	(70.378)	(26.246)	(70.378)
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas controladores	(26.246)	(70.378)	(26.246)	(70.378)
Resultado abrangente total	**(26.246)**	**(70.378)**	**(26.246)**	**(70.378)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - *Em milhares de reais*

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016		860.144	-	-	13.824	(223.999)	649.969
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	-	-	4.831	-	4.831
Resultado do exercício		-	-	-	-	(75.209)	(75.209)
Em 31 de dezembro de 2016	13	**860.144**	**-**	**-**	**18.655**	**(299.208)**	**579.591**
Variação cambial de conversão de operações no exterior		-	-	-	(1.393)	-	(1.393)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(24.853)	(24.853)
Em 31 de dezembro de 2017	13	**860.144**	**-**	**-**	**17.262**	**(324.061)**	**553.345**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - *Em milhares de reais*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado do exercício	(24.853)	(75.209)	(24.853)	(75.209)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	413	-	(10.647)	6.113
Depreciação e amortização	12.176	25.312	23.678	43.160
Resultado na venda de imobilizado e intangível	(17.686)	(2.685)	(30.543)	(1.056)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.536)	31.281	(3.820)	471
Provisão para contingências	78.722	64.269	78.720	64.269
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9.060	12.104	6.876	5.424
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	-	2.872	208	7.259
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(1.393)	4.831	(1.393)	4.831
	33.903	**62.775**	**38.226**	**55.262**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	(154.829)	168.418	(37.353)	89.053
Estoques	28.646	53.578	28.653	53.495
Impostos e contribuições a recuperar	4.125	2.489	2.950	2.438
Adiantamento a fornecedor	2.534	7.949	(16.670)	(27.262)
Despesas antecipadas	199	(705)	402	(554)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	(710)	10	(739)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Adiantamento de clientes	16.268	14.806	13.482	8.675
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.930)	(135.232)	(9.901)	(134.679)
Provisões e encargos trabalhistas	(10.713)	(24.063)	(10.713)	(25.117)
Obrigações fiscais	(28.092)	4.320	(27.915)	3.917
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-	(812)	(208)	(3.355)
Provisão para contingencias	(64.272)	(35.794)	(64.271)	(35.830)
Provisão para perdas em investimentos	(507)	21.332	670	(3.902)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(161.666)**	**138.311**	**(82.638)**	**(38.598)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(136.605)	(160.690)	3.184	3.904
Imobilizado	38.513	24.799	98.131	20.147
Intangível	873	729	25.744	(24.124)
Caixa líquido das atividades de investimento	**176.011**	**(135.362)**	**125.059**	**(73)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(14.281)	(16.528)	(43.226)	14.819
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(14.281)**	**(16.528)**	**(43.226)**	**14.819**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**64**	**(13.579)**	**(805)**	**(23.852)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**20.718**	**34.297**	**21.653**	**45.505**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**20.782**	**20.718**	**20.848**	**21.653**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**64**	**(13.579)**	**(805)**	**(23.852)**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - *Em milhares de reais*

1. Contexto Operacional: A Companhia localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 19º andar, São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado cuja sede social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo território nacional; (h) serviços de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de redes de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e consorciadas de serviços públicos, como sócia, acionista ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto qualquer das atividades mencionadas nos itens acima. **a) Entidades da controladora:** As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Controladas / Coligadas	País	Controle	Participação 2017	Participação 2016
GLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Direto	99,999%	99,999%
CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	Brasil		5,000%	5,000%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda.	Brasil	Compartilhado	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A - Sucursal del Peru	Peru	Compartilhado	100,00%	100,00%
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	Brasil	Compartilhado	50,00%	50,00%
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Enginhras Engenharia S.A.	Brasil	Direto		100,00%

2. Base de Preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 16 de março de 2018. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 3 e 4, respectivamente. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **c) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3 (a) – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e • Nota explicativa 3 (m) – classificação de arrendamento mercantil. **d) Principais fontes de incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 5 – realização do contas a receber e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 7 – vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa nº 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • Nota explicativa nº 11 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **e) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: **inputs**, exceto de preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: ***inputs***, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (**inputs** não observáveis). O valor justo que é determinado para passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas das em 31 de dezembro de 2017. **f) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. **(ii) Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquridas pela participação proporcional dos seus ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iii) Controladas:** O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras de controladoras e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos do acordo. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis do Grupo incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir. **(v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Receita operacional: (i) Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(ii) Prestação de serviços:** O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. **(iii) Contratos de construção:** A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos que são provável que não sejam revertidos e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados. As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **c) Receitas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • juros sobre aplicações financeiras; • variação cambial; • descontos obtidos e concedidos; • tarifas bancárias; e • despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado do período pelo método dos juros efetivos. **d) Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **e) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um resarcimento de caixa ou uma redução futura em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **h) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (***Impairment***). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- • Máquinas, aparelhos e equipamentos — 10 anos
- • Móveis e utensílios — 10 anos
- • Computadores e periféricos — 5 anos
- • Equipamento de campo — 17 anos
- • Veículos — 17 anos
- • Instalações — 17 anos
- • Equipamentos especiais — 11 anos
- • Edificações — 25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i) Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando o projeto ao qual eles estão relacionados incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **l) Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **(iv) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que há redução mensurável no fluxo de caixa futuro estimado das aplicações do grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para avaliar se há indicação de perda por valor recuperável. Caso existam indícios, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os gastos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixas futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores é avaliada a cada data de balanço para verificar se há indícios de que a perda por redução ao valor recuperável não mais existe ou tenha diminuído. Se há tais indícios, o valor recuperável é estimado. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é feita somente se ela for consistente com as premissas usadas para a determinação do valor recuperável do ativo desde a data em que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. Tais reversões são reconhecidas no resultado. Após a reversão, a depreciação do ativo é ajustada prospectivamente, com base em seu valor contábil revisado, deduzido de seu valor residual, se houver, de forma sistemática ao longo de sua vida útil restante.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Caixa e bancos	2.275	407	2.341	1.342
Aplicações financeiras	18.507	20.311	18.507	20.311
	20.782	**20.718**	**20.848**	**21.653**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido

Controladora		Ativo				Passivo		Resultado
Circulante		**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber								
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	701	-	-	-	-	(1.396)
Conta corrente	(b)	182.719	122.738	-	-	-	-	-
		182.719	**123.439**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.396)**
Não circulante								
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber								
Mútuos	(c)	3.067	2.830	-	-	-	-	-
		3.067	**2.830**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Consolidado		**Ativo**		**Passivo**		**Resultado**		
Circulante		**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber								
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	701	-	-	-	-	(1.396)
Conta corrente	(b)	162.944	106.046	-	-	-	-	-
		162.944	**106.747**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.396)**
Não circulante								
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber								
Mútuos	(c)	3.067	2.830	-	-	-	-	-
		3.067	**2.830**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. b) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição do credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocos, podendo o saldo momentâneo credor ser exigido e restituído imediatamente. c) Mútuo firmado entre a Companhia e sua controlada em conjunto ACT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda. e também com sua subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru.

13. Patrimônio Líquido - Controladora: a) Capital social: O Capital social da Companhia é de R$ 860.143.614 subscrito e integralizado (R$ 860.143.614 subscrito e integralizado em 2017). Está representado por 860.143.614 (860.143.614 em 2016) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2017	**2016**
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	860.143.613	860.143.613
MFE Participações Ltda	1	1
	860.143.614	**860.143.614**

b) Reserva legal, Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados: E constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2016 a Companhia apresentou um prejuízo do exercício de (R$ 75.209) que foi acumulado ao saldo de Prejuízos Acumulados. Conforme a Ata da Assembleia Geral de 31/07/2017 a Companhia absorveu o prejuízo do exercício de (R$24.857) que foi acrescido ao Prejuízo Acumulado. **c) Ajustes de avaliação patrimonial:** Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. – Sucursal del Peru. **d) Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2016 e 2017 a Companhia não apresentou lucro líquido, não havendo pagamento de Dividendos devido ao prejuízo do exercício.

14. Aspectos Ambientais: A Companhia e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas, além de acompanhar os processos judiciais para perdas relacionadas a assuntos ambientais e requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

15. Demonstração dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) e IAS 7.

16. Recuperação Judicial: Em 25.3.2015, a Companhia e a sua controladora Galvão Participações S.A., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), cujo processamento foi deferido por decisão proferida em 27.3.2015. O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pela Companhia e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em decisão proferida em 14.9.2015, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial conjunto da Companhia ("PRJ"), aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em primeira convocação e suspensa, a pedido dos credores, em 19.8.2015, tendo sido retomada e realizada em 28.8.2015. O PRJ vem sendo cumprido pela Companhia. Dentre as suas obrigações, destacam-se: (i) a criação do pagamento dos credores trabalhistas (Classe I), totalizando o valor de R$ 22.650.657,04; (ii) a criação do CECOS Administradora de Bens S.A. ("CECOS"), sociedade por ações de capital fechado que, na forma da Cláusula 3.6 do PRJ, se tornou titular de certos ativos da Companhia, conforme relação prevista na Cláusula 3.5 do PRJ, e devedora dos credores concursais da recuperanda, por meio de cisão parcial da Companhia, para o fim de (ii.1) garantir a implementação do PRJ, (ii.2) otimizar a gestão dos ativos e passivos da Companhia, proporcionando ganho de sinergias no tocante à administração de bens e à recuperação de créditos da recuperanda e, ainda, (ii.3) segregar os ativos e passivos objeto da Recuperação Judicial das atividades operacionais comuns da recuperanda; (iii) a cisão parcial da Companhia, com versão do passivo concursal e ativos para a CECOS, conforme mencionado no item "ii" acima; (iii) em continuidade ao cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CECOS, em 01/09/2016 realizou a emissão das Notas Promissórias e em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial"; A administração da Companhia vem contando o quanto estabelecido no PRJ e tem a expectativa de solicitar oportunamente o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial conforme previstos na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. **Impacto na continuidade das operações e capacidade financeira:** Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de contratos da Companhia (Backlog) era de R$ 2,0 bilhões, projetados para os próximos cinco anos.

17. Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão.

Composição da Diretoria

Diretor Presidente	Diretor Corporativo	Diretor de Operações	Diretor de Operações	Contador
José Gilberto de Azevedo Branco Valentim	Edison Martins	Raimundo Maurílio Freitas	Paulo Eugênio Chaves Façanha	Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos conselheiros e acionistas da **Galvão Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Engenharia S.A – em recuperação judicial, ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base opinião com ressalva:** Em 25 de março de 2015, a Companhia entrou com o pedido de Recuperação Judicial. O plano de Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 28/08/2015 e homologado pelo Juiz da Recuperação Judicial em 22/09/2015. A Companhia entregou Ativos aos credores bem superior ao valor de sua dívida, não comprometendo a geração de caixa futuro da Companhia para fazer frente ao seu passivo, após o pedido de Recuperação Judicial. Pelo fato de não haver comprimisso da geração de caixa futuro das atividades operacionais da Companhia com o Plano de Recuperação Judicial, a Administração entende que a empresa possui baixo risco de continuidade operacional de suas atividades, devido deve ser mantido o processo de reestruturação para que o mesmo seja eliminado. **Ênfase:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para fazer isso. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe ou não incerteza material em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 16 de março de 2018.

Approach Auditores	Leandro Antonio Marini Pires
CRC 2SP023119/O-0	Sócio-Diretor Contador CRC 1SP185232/O-3

Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/MF nº 01.637.895/0001-32

Votorantim Cimentos — Demonstrações Financeiras **2017**

Relatório da Administração - Votorantim Cimentos S.A.

Submetemos à apreciação o relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidas ("DFs") da Votorantim Cimentos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas pelo International Accounting Standard ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No Brasil, a economia cresceu 1,0% em 2017, após dois anos consecutivos de recessão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). O crescimento apresentado não foi refletido no setor de construção, o qual apresentou queda de 5,0% ("IBGE") no mesmo período, com expectativas de retomada somente no ano de 2018 (+2,5%), de acordo com estimativa do Banco Central do Brasil ("BCB") Em 2017, o volume de vendas no mercado doméstico de cimento apresentou sinais de desaceleração no ritmo da queda, com retração de 6,4% no ano, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"), comparado a 11,7% em 2016 e 9,5% em 2015. No último trimestre de 2017, o volume de vendas por dia útil diminuiu 1,1% ("SNIC"), comparado com o mesmo período do ano anterior, indicando potencial retomada em 2018.

Na América do Norte ("VCNA"), o forte desempenho econômico impulsionou o setor de construção com aumento nos gastos de 2,6%, versus 2016, de acordo com o U.S. Census Bureau. O mercado de cimento dos Estados Unidos continuou apresentando crescimento, + 2,2% de acordo com o Portland Cement Association ("PCA"). Nos mercados que a VCNA opera, na região dos Grandes Lagos, o forte crescimento de preço, de aproximadamente 9%, compensou a queda de volumes em certos mercados, principalmente, nos estados de Illinois e Wisconsin. Na provincia de Ontário, a principal região que a VCNA opera no Canadá, o consumo de cimento cresceu 3,2%, de acordo com a Cement Association of Canada ("CAC"), suportado por expressivos dados de novas habitações e gastos no setor de construção.

Nas regiões da Europa, Ásia e África ("VCEAA"), o mercado doméstico de cimento espanhol apresentou crescimento acima do esperado, com destaque para o impacto positivo em nossas vendas na região de Andaluzia, favorecido pelo aumento de investimentos em infraestrutura e crescimento de 1,3% da economia, de acordo com a estimativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"). As condições do mercado na Turquia permaneceram positivas, com o consumo de cimento apresentando 8% de crescimento, comparado com 2016, com destaque para a região da Anatólia, que apresentou performance acima da média das demais regiões do país. Em setembro, a Companhia assinou com a Turkish Cement Manufacturers' Associations, na Tunisia, as vendas de cimento foram impactadas pela instabilidade geopolítica dos países vizinhos e aumento da competição no mercado doméstico em um cenário econômico desafiador, com alto desemprego e inflação em alta. No Marrocos, apesar de crescimento do PIB de 4,1% impulsionado pelo setor agrícola e de serviços, o mercado de cimento foi afetado pela redução da autoconstrução e investimentos públicos em infraestrutura. Já na India, o consumo de cimento continuou a crescer, apesar dos impactos da desmonetização da economia e implementações regulatórias no mercado imobiliário. Em 2017, a VCEAA concluiu as vendas dos ativos que detinha na China, como parte da estratégia de desinvestimento de ativos não-estratégicos e focos nos mercados chaves para a empresa.

A receita líquida consolidada totalizou R$ 11.104 milhões, uma redução de 7% em relação a 2016. No Brasil, a receita líquida, incluindo eliminações, diminuiu 8,7%, de R$ 6.373 milhões em 2016 para R$ 5.821 milhões, principalmente em razão da queda no mercado brasileiro de cimento. A receita líquida da VCNA aumentou 4%, em moeda local, devido à tendência positiva dos preços nos EUA e maiores volumes no Canadá enquanto a receita em reais caiu 2,2% de R$ 3.006 milhões para R$ 2.939 milhões, devido à variação cambial da moeda brasileira contra o dólar americano. Na América latina, a VC Latam registrou maior volume de vendas devido às maiores exportações para Argentina e Paraguai e aumento de *market share* na Bolívia, após a conclusão da expansão da planta de Yacuses no fim de 2016, fazendo com que as vendas aumentassem 30,8% para R$ 517,4 milhões. Na VCEAA, a maioria dos países apresentaram receita líquida estável ou positiva em moeda local, tendo a Turquia se destacado pelo aumento de volume em função da forte demanda de cimento e do recente aumento de capacidade com a conclusão da expansão da planta de Sivas. No lado oposto, a Tunisia foi impactada pelo menor volume de exportação devido à autosuficiência de capacidade doméstica de cimento na Argélia e instabilidade política e econômica em demais países vizinhos. Apesar dos resultados em moeda local, a receita líquida da VCEAA caiu 9,0% em euros e 15,0% em reais de R$ 2.150 milhões para R$ 1.826 milhões afetada pela desvalorização cambial da Lira Turca e Dinar Tunisiano contra o euro (Lira +23%; Dinar + 15%) e a apreciação cambial do real contra o euro (+6%).

O custo do produto vendido consolidado totalizou R$ 8.357 milhões, um decréscimo de 5,2% contra 2016, apesar do maior preço de combustíveis em todas as regiões e maiores custos na Bolívia após o *start-up* da expansão de Yacuses. A redução de custo foi impulsionada, principalmente: pela redução no volume e otimização de custos no Brasil; ganhos de eficiência com a substituição de combustíveis fósseis em todas as regiões e R$ 273 milhões em economia de custos pelo OBZ ("Orçamento Base Zero") no ano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas terminaram o ano em R$ 1.945 milhões, 1% menor que o ano passado. As despesas com venda aumentaram 6,6%, principalmente devido a maiores custos de fretes no Brasil dado maior volume de vendas de calcário agrícola, além de maiores despesas comerciais na Bolívia, causadas pelo início da operação de maior escala da planta de Yacuses e maior volume de vendas em todas as regiões foi o principal fator para a diminuição em 10,3% das despesas gerais e administrativas em relação ao ano passado.

O EBITDA ajustado em 2017 foi de R$ 1.762 milhões, 25,7% menor comparado com 2016. No Brasil, EBITDA ajustado foi negativamente impactado pela retração no mercado de cimento no país e *one-offs* que totalizaram R$ 86 milhões, parcialmente compensados pela performance de outros produtos no portfólio (adjacências como calcário agrícola e argamassa), totalizando R$ 344 milhões em 2017. Na América do Norte, a VCNA registrou seu melhor desempenho na história com aumento de 8,9% no EBITDA ajustado e margem EBITDA ajustada, em 2017 em 1,4 p.p. Nas regiões da Europa, Africa e Ásia, a VCEAA terminou 2017 com um EBITDA ajustado de R$ 452 milhões, 18,3% menor que 2016, devido principalmente a depreciação cambial na Turquia e Tunisia. Apesar do menor EBITDA ajustado na VCEAA, a margem desse indicador foi mantida em saudáveis 25%. A VC Latam apresentou crescimento no EBITDA ajustado em 69,3%, devido ao *ramp-up* e performance operacional na Bolívia.

São Paulo, 5 de abril de 2018
A Administração Votorantim Cimentos S.A.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	202.971	828.620	2.721.669	2.312.499
Aplicações financeiras	1.670.224	1.246.281	1.952.112	1.798.438
Instrumentos financeiros derivativos			1.166	
Contas a receber de clientes	355.264	349.590	878.904	838.425
Estoques	378.560	435.132	1.357.695	1.448.083
Tributos a recuperar	196.509	497.128	292.517	621.998
Adiantamentos a fornecedores	25.720	2.895	63.016	81.535
Dividendos a receber	30.374	3.189	11.098	7.252
Outros ativos	41.486	59.686	245.153	240.989
	2.901.108	3.422.521	7.523.330	7.349.219
Ativos classificados como mantidos para venda			4.526	
	2.901.108	3.422.521	7.527.856	7.349.219
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos		85.187		85.187
Tributos a recuperar	549.871	133.404	704.876	805.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos	536.821	415.860	727.636	1.012.585
Partes relacionadas	85.170	121.677	64.320	73.061
Depósitos judiciais	469.629	132.469	676.460	204.661
Outros ativos	51.416	49.848	394.088	571.864
	1.692.907	938.445	2.567.380	2.253.064
Investimentos	11.593.479	12.634.104	695.240	1.034.131
Imobilizado	4.947.689	5.034.429	12.425.037	12.642.268
Intangível	672.562	755.734	5.464.149	5.954.090
	17.213.730	18.424.267	18.584.426	19.630.489
Total do passivo	21.807.745	22.785.233	28.679.662	29.232.772

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.354.858	1.392.828	1.665.908	952.164
Instrumentos financeiros derivativos	63.841	200.601	64.607	200.601
Risco sacado a pagar	267.673	318.227	643.531	601.236
Fornecedores	479.975	224.405	1.178.363	1.112.627
Salários e encargos sociais	168.472	162.386	394.184	394.184
Tributos a recolher	142.798	83.171	326.246	226.999
Adiantamento de clientes	6.665	5.951	30.886	26.705
Dividendos a pagar	165.715	245.028	167.273	246.900
Uso do bem público - UBP			31.278	30.908
Outros passivos	199.587	282.914	351.997	439.588
	2.849.584	2.915.511	4.836.485	4.231.912
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda			3.596	
	2.849.584	2.915.511	4.840.081	4.231.912
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	8.568.332	11.117.742	11.967.499	14.528.217
Instrumentos financeiros derivativos		316.776		316.776
Imposto de renda e contribuição social diferidos			552.367	496.311
Partes relacionadas	1.015.367	523.215	175.033	52.965
Provisões	755.935	488.401	1.087.663	843.932
Obrigações a pagar com investidas		44.242		
Uso do bem público - UBP			446.928	470.518
Plano de pensão			180.000	177.527
Outros passivos	91.359	95.054	226.200	255.750
	10.430.993	12.585.430	14.635.690	17.141.996
Total do passivo	13.280.577	15.500.941	19.475.771	21.373.908
Patrimônio líquido				
Capital social	5.430.875	3.730.875	5.430.875	3.730.875
Reservas de lucros	2.681.567	3.221.648	2.681.567	3.221.648
Ajustes de avaliação patrimonial	414.726	331.769	414.726	331.769
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	8.527.168	7.284.292	8.527.168	7.284.292
Participação dos acionistas não controladores			676.723	574.572
Total do patrimônio líquido	8.527.168	7.284.292	9.203.891	7.858.864
Total do passivo e patrimônio líquido	21.807.745	22.785.233	28.679.662	29.232.772

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, serão publicadas no "Diário Oficial Estado de São Paulo em 05/04/2018

Joarez Baida - Contador - CRC PR 048327/O-7 "S" SP

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2017	Controladora 2017	Consolidado 2017 Reapresentado (Nota 2.3)
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.137.036	4.718.039	11.103.780
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.034.970)	(3.379.760)	(8.357.261)
Lucro bruto	1.102.066	1.338.279	2.746.519
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	(753.345)	(727.184)	(1.133.116)
Gerais e administrativas	(476.468)	(475.398)	(811.801)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(574.522)	234.531	(197.394)
	(1.804.335)	(968.051)	(2.142.311)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(702.269)	370.219	604.208
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	917.131	798.164	157.124
Realização de outros resultados abrangentes de investidas	3.457	25.007	3.457
	920.588	823.171	160.581
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	480.883	727.387	660.702
Despesas financeiras	(1.344.377)	(1.455.242)	(1.577.245)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	(169.431)	(761.492)	(169.031)
Variações cambiais, líquidas	(104.198)	575.185	(205.004)
	(1.137.083)	(914.162)	(1.290.578)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(918.764)	279.228	(525.789)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	86.897	182.957	(163.608)
Diferidos	149.976	(92.208)	10.829
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações continuadas	(681.891)	369.977	(678.568)
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas			58.969
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(681.891)	369.977	(619.599)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(681.891)	369.977	(681.891)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			62.292
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(681.891)	369.977	(619.599)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	6.594.613	6.126.939	6.594.613
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	(103,40)	60,39	(103,40)
Das operações continuadas			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	(103,40)	60,39	(112,34)
Das operações descontinuadas			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais			8,94

	Controladora 2016	Controladora 2016	Consolidado 2016
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.718.039	11.103.780	11.923.738
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.379.760)	(8.357.261)	(8.814.655)
Lucro bruto	1.338.279	2.746.519	3.109.083
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	(727.184)	(1.133.116)	(1.062.970)
Gerais e administrativas	(475.398)	(811.801)	(904.829)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	234.531	(197.394)	343.075
	(968.051)	(2.142.311)	(1.624.724)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	370.219	604.208	1.484.359
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	798.164	157.124	120.571
Realização de outros resultados abrangentes de investidas	25.007	3.457	44.133
	823.171	160.581	164.704
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	727.387	660.702	872.236
Despesas financeiras	(1.455.242)	(1.577.245)	(1.652.022)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	(761.492)	(169.031)	(770.015)
Variações cambiais, líquidas	575.185	(205.004)	552.144
	(914.162)	(1.290.578)	(997.657)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	279.228	(525.789)	651.406
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	182.957	(163.608)	(81.745)
Diferidos	(92.208)	10.829	(117.565)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações continuadas	369.977	(678.568)	452.096
Operações descontinuadas			
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas		58.969	(28.067)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	369.977	(619.599)	424.029
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	369.977	(681.891)	369.977
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		62.292	54.052
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	369.977	(619.599)	424.029
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	6.126.939	6.594.613	6.126.939
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	60,39	(103,40)	60,39
Das operações continuadas			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais	60,39	(112,34)	64,97
Das operações descontinuadas			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais		8,94	(4,58)

Edital de intimação. Prazo 20 dias. Proc. **0125840-05.2010.8.26.0100**. O Dr. Sang Duk Kim, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível Central/SP. Faz saber que nos autos de ação comum, movida por Condomínio Edifício Paulista Work Center, fica deferida a intimação por edital do executado Ulisses Soares Vieira CPF 043.631.748-62, que se encontra em lugar ignorado, da penhora havida sobre o consórcio imobiliário CAIXA nº 153-01, grupo nº 360, no valor de R$13.577,88, pertencente ao executado, passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 15 dias para impugnação. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. 14/9

IMÓVEIS EM LEILÃO
EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

HELIO JOSE ABDOU, leiloeiro oficial estabelecido na Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 108, Vila Pirá, São Paulo/SP, FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, Agente Fiduciário do SFH, venderá na forma da Lei (Decreto-lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77) no dia, hora e local abaixo referido, o imóvel adiante descrito onde está nominado os seus respectivos proprietários, para pagamento da dívida hipotecária em favor da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda será feita pelo maior lance obtido. A venda a vista, com recursos próprios, será feita mediante pagamento integral no ato do leilão, podendo o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% do preço da arrematação e o saldo restante no prazo impreterível de 08 dias, sob pena de perda do sinal dado. Quando o recurso utilizado for o FGTS, o arrematante deverá apresentar no ato da compra a carta de habilitação do FGTS. A venda com financiamento, o arrematante deverá apresentar no ato da compra a Carta de Crédito, que poderá ser emitida por qualquer agência da CAIXA. As despesas relativas à comissão do leiloeiro, débitos fiscais, condomínios, registro, impostos e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será responsável pelas providências de desocupação do mesmo. Os devedores ficam, desde já, cientificados do dia, hora e local da realização do presente leilão. Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro. Os demais lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre os imóveis. INFORMAÇÕES: (11)97334-6595 – 11-2687-1327. E-mail: sp@credmobile.com.br.

PRAÇA: OSASCO/SP, DATA: 24/04/2018 HORÁRIO: DAS 13:00 AS 13:15h
LOCAL: AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, Nº 2423, CENTRO, AG. OSASCO, COD. 0326-3-OSASCO/SP

1. Contrato: 8.0326.0888489-0 - SED: 30642/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): JOSE SERGIO LEMOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, AUXILIAR DE ALMOXARIFADO, CPF: 139.846.858-40, RG: 20.856.934-0-SP e **LUZIA LEMOS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CPF: 077.068.388-62, RG: 13.972.516-7-SP e **ALAIDE CELI RODRIGUES,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, COORDENADORA DE CONTROLE, CPF: 040.286.068-37, RG

CRPILON Participações S/A

CNPJ: 10.906.090/0001-38

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2017. Colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Curitiba 31 de Dezembro de 2017. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial / Ativo (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	8	5
Disponível	8	5
Bens Numerários	8	5
Ativo não Circulante	4.657	4.553
Investimentos	4.330	4.356
Participações em Outras Empresas	4.330	4.356
Imobilizado	327	197
Imobilizado /Próprio	327	197
Total do Ativo	4.665	4.558

Balanço Patrimonial / Passivo (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	136	155
Credores	136	153
Cortas correntes socios	136	84
Emprestimos diversos	-	69
Patrimônio Liquido	4.529	4.405
Capital Social	2.567	2.567
Reservas de Lucros	1.973	1.849
Ajustes acumulados de conversao	(11)	(11)
	4.529	4.405
Total do Passivo	4.665	4.558

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR$)

Discriminação	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Lucros	Prejuízo Acumulado	Ajustes Acumulado de Conversao	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2015	**2.567**		**993**	**321**	**(3)**	**3.876**
Lucro Liquido do Exercício			-	715	-	715
Transferencias para reservas			1.036	(1.036)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas			(180)	-	-	-180
Ajuste de conversao			-	-	(6)	-6
Saldo Balanço 31/12/2016	**2.567**		**1.849**		**(11)**	**4.405**
ajuste exercício anterior			(33)		-	-33
Lucro Liquido do Exercício			-	157	-	157
Transferencias para reservas			157	(157)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas			-	-	-	-
Ajuste de conversao			-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2017			**1.973**		**(11)**	**4.529**

Demonstração do Resultado (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Operacionais	(4)	(1)
Resultado financeiro	(7)	(2)
Outras Receitas	168	718
Resultado Operacional	**157**	**715**
Resultado do Exercício	**157**	**715**
Resultado Liquido do Exercício	**157**	**715**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	157	715
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(165)	(718)
(+) Lucro Ajustado	(8)	(3)
Contas correntes socios	52	84
(=) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**44**	**81**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	158	171
Aquisição de Imobilizado	(130)	(197)
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**28**	**(26)**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	-	(180)
Empresttimos diversos	(69)	69
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(69)**	**(111)**
Variação Total das Disponibilidades	**3**	**(56)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	5	61
Saldo Final das Disponibilidades	8	5

Notas Explicativas: - CRPILON Participações S/A., CNPJ nº 10.906.090/0001-38, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, s/nº, Bairro São Francisco, no municipio de Cerquilho-SP. Tendo como Atividade a Holding de Instituições não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 2.567.377 (dois milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e sete) ações ordinárias nominativas no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma. - Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como holding que não operacionais; 2 Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazenda Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Fazenda Pilon S/A, Pilon Participações e Empreendimentos S/A, com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. E do Ativo Imobilizado pelo custo, no grupo do bens com valor de compra. - O saldo de Contas Correntes dos Sócios, refere-se ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, (AFAC).

Carlos Renato Gayotto Pilon - Diretora/Presidente

Maria de Fátima Grando Luca - CRC-SP 1SP 220.242/O-8

ALCM Participações S/A

CNPJ: 11.579.085/0001-54

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2017. Colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Tiete 31 de Dezembro de 2017. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial /Ativo (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**286**	**286**
Disponível	**52**	**17**
Bens Numerários	52	17
Bancos com movimento	-	-
Direitos Realizáveis	**269**	**269**
Bens destinados a venda	19	19
Títulos a receber	250	250
Ativo não Circulante	**3.463**	**3.462**
Investimentos	**3.428**	**3.462**
Participação em Outras Empresas	3.428	3.462
Total do Ativo	**3.749**	**3.748**

Balanço Patrimonial /Passivo (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**255**	**255**
Credores	**255**	**255**
Empresttimos diversos	255	255
Patrimônio Liquido	**3.494**	**3.493**
Capital Social	2.661	2.661
Reservas de Lucros	1.307	2.313
Ajustes Acumulados	(464)	(1.471)
Ajustes acumulados de conversao	(10)	(10)
	3.494	**3.493**
Total do Passivo	**3.749**	**3.748**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR$)

Discriminação	Capital Social	Reservas Lucros/Prejuízo Acumulados	Ajustes Acumulado de Conversao	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2015	**2.661**	**2.596**	**(10.168)**	**(5)**	**3.144**
Lucro Liquido do Exercício		1.114	1.114	-	1.114
Transferencias para reservas		(477)	(477)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas		(760)	-	-	-760
Ajuste de conversao		-	-	(5)	-5
Saldo Balanço 31/12/2016	**2.661**	**2.313**	**(1.471)**	**(10)**	**3.493**
ajuste exercício anterior		-31	-	-	-31
Lucro Liquido do Exercício		78	78	-	78
Absorção prejuízo acumulado		-929	929	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas		-46	-	-	-46
Ajuste de conversao		-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2017	**2.661**	**1.307**	**(464)**	**(10)**	**3.494**

Demonstração do Resultado (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta Operacional: Vendas	-	540
Deduções vendas	-	(20)
Receita Liquida	-	**526**
Custo dos produtos vendidos	-	(131)
Lucro Bruto	-	**395**
Despesas Operacionais	(1)	(649)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Outras Receitas	80	1.381
Resultado Operacional	**78**	**731**
Resultado do Exercício	**78**	**1.126**
CSLL (18%) sobre Lucro	-	(412)
Resultado Liquido do Exercício	**78**	**1.114**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	78	1.114
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(81)	(733)
(+) Lucro Ajustado	(3)	381
Bens destinados a venda	-	131
(=) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**(3)**	**(3)**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	84	107
Participações societárias	-	138
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**84**	**245**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(46)	(760)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(46)**	**(760)**
Variação Total das Disponibilidades	**35**	**(3)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	17	20
Saldo Final das Disponibilidades		**17**

Notas Explicativas: - ALCM Participações S/A., CNPJ nº 11.579.085/0001-54, situada na Rua Rafael de Campos, nº Apto 02, Centro, no município de Tietê-SP. Tendo como Atividade a Holdings de Instituições não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 2.661.470 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta) ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma. - Por ser uma Holding não operacional, não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como holding não operacional; Fazenda Pilon S/A,Tecelagem São João de Tietê Ltda, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreendimentos S/A, com influência significativa. - Tendo participações societárias como holding que não operacional; Fazenda Pilon S/A,Açúcar e Álcool, Fazenda Pilon S/A, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreendimentos S/A, com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial.

Ana Lucia Corradi Mazzer - Diretora Presidente

Maria de Fátima Grando Luca - CRC-SP 1SP 220.242/O-8

Vamcruz I Participações S.A.

CNPJ/MF: 21.514.557/0001-05

Relatório da Administração

Aos Acionistas: A administração da Usina de Energia Eólica Vamcruz I Participações, em atendimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. os demonstrativos financeiros da companhia relativos ao exercício de 2017, acompanhadas das Demonstrações financeiras. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Companhia tem a denominação de Vamcruz I Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 13/06/2014, através da Assembleia Geral de Constituição. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades e seu prazo de duração é indeterminado. A Companhia participa diretamente na sociedade anônima denominada Vamcruz Participações S.A., possuindo a totalidade do seu capital social de R$243.642, composto pelo número de 243.642.496 642 ações sob forma nárias, nominativas e sem valor nominal. Essa controlada Vamcruz Participações S.A. tem como seu objeto social a participação direta e indireta nas sociedades anônimas denominadas Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A., Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A.; sociedades as quais a Companhia possui participação indireta. O objetivo das sociedades supramencionadas com participação da Companhia é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica com previsão de geração de 60.000 MWh cada um dos empreendimentos, cujas demais características estão postas no quadro abaixo:

Sociedade controlada	Autorização de início da produção	Nº de ações ordinárias nominativas sem valor nominal	Valor das ações (em MR$)
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades geradoras que totalizam 24 MW.	68.251.713	R$68.251.713
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades geradoras que totalizam 24 MW.	60.670.345	R$60.670.345
Usina de Energia Eólica Caiçara I SPE S.A.	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades geradoras que totalizam 27 MW.	61.765.050	R$61.765.050
Usina de Energia Eólica Caiçara II SPE S.A.	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades geradoras que totalizam 28 MW.	44.854.149	R$44.854.149

Operação Comercial: Parque Eólico Junco I: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 389/2012 autorizou o Parque Eólico Junco I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 03/07/2012 e o término em 03/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia. Parque Eólico Junco II: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 388/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia. Parque Eólico Caiçara I: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 387/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia. Parque Eólico Caiçara II: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 417/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2017 Controladora	2017 Consolidado
Ativo circulante	7.997	51.384
Ativo não circulante	286.329	505.679
Passivo circulante	293.995	557.023
Caixa e equivalentes de caixa	1.933	19.415
Passivo circulante	4.452	33.127
Passivo não circulante	897	208.344
Patrimônio líquido	288.647	288.647

Lucro (prejuízo) do exercício findo em 31/12/17

	2017 Controladora	2017 Consolidado
	18.785	**18.785**

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 06/02/2018. **Amaury Rainho Neto** - Diretor

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais)

	2017 Controladora	2017 Consolidado
Receita operacional líquida	-	**89.703**
Custos	-	**(29.273)**
Resultado bruto	-	**61.430**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(667)	(84)
Outras despesas/receitas operacionais	(5)	(14)
Equivalência patrimonial	18.726	(2.033)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**17.914**	**(2.131)**
Despesas financeiras	(3)	-
Receitas financeiras	993	-
Resultado financeiro	**990**	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**18.804**	**(2.131)**
IR e CS	(19)	-
Prejuízo do exercício	**18.785**	**(2.131)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em R$)		**0,0748**

	2017 Controladora	2017 Consolidado
	(1.086)	**(659)**
Juros pagos sobre financiamento	-	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**(1.086)**	**(659)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira de longo prazo		(33.486)
(Aumento) / redução em investimentos	(15.769)	16.622
(Aumento) / redução em AFAC	41.147	-
(Aquisições) / Baixa de intangível	(958)	(1.021)
(Aquisições) / Baixa de imobilizado	-	(2.234)
Dividendos	-	1.756
Recursos adicionais nas atividades de investimento	**24.420**	**17.356**
Financiamento com partes relacionadas	(21.418)	(1.695)
Empréstimos pagos	-	-
AFAC	-	(15.000)
Dividendos pagos	-	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	**(21.418)**	**(16.695)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**1.916**	**11**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.933	17
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**1.916**	**11**

Demonstração do resultado abrangente (Em milhares de reais)

	2017 Controladora	2017 Consolidado
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**18.785**	**(2.131)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**18.785**	**(2.131)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Total	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	**148.875**		**76.540**	**370**	**5.557**		**231.062**
Aumento de capital	33.557		-	-	-		33.557
Prejuízo do exercício			-	-	-	(2.033)	(2.033)
Absorção de prejuízos pela reserva de lucros			-	(2.033)	(2.033)	2.033	-
Saldos em 31/12/2016	**182.432**	**44.983**	**370**	**3.524**	**3.894**		**231.021**
Aumento de capital	44.933	(44.983)	-	-	-	-	-
Aumento de capital	16.227	-	-	-	-	-	16.227
Prejuízo do exercício			-	-	-	18.726	18.726
Destinação do lucro							
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(458)	(458)
Constituição de reserva legal	-	-	936	-	936	(936)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(4.333)	(4.333)
Lucros retidos a deliberar	-	-	-	12.998	12.998	(12.998)	-
Saldos em 31/12/2017	**243.642**	**-**	**1.306**	**16.522**	**17.828**	**-**	**261.181**

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)

	2017 Controladora	2017 Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	18.726	(2.033)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais		
Resultado em equivalência patrimonial	(19.038)	2.206
Despesas financeiras - provisão de juros	934	-
Receitas financeiras - provisão de receitas	(948)	-
Depreciação e amortização	-	-
Provisões contratuais - provisão impostos a pagar - provisão	-	-
Obrigações trabalhistas	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.342.700	369.675
Dividendos a pagar a acionistas	1.675.117	1.546.609
Partes relacionadas	107.941	-
Outros passivos	91.011	2.928
Não circulante	**1.868.974**	**1.918.849**
Empréstimos e financiamentos	274.536	1.357.240
Imposto de renda contribuição social diferidos	-	159.649
Provisão para contingências	782.338	199.760
Total de passivo	**12.465.188**	**11.837.121**
Patrimônio líquido		
Capital social	6.000.000	6.000.000
Reservas de lucros	6.586.720	2.789.529
	12.586.720	13.743.225
Total de passivo e de patrimônio líquido	**25.051.908**	**25.580.346**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros Legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	6.000.000	(496.800)	325.999	4.705.388	-	10.568.519
Cancelamento das ações em tesouraria	-	496.800	-	(496.800)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.543.909	4.543.909
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	227.195	-	(227.195)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.363.173)	(1.363.173)
Constituição de Reserva para retenção de lucros	-	-	-	2.953.541	(2.953.541)	-
Em 31 de dezembro de 2016	6.000.000	-	553.194	7.156.121	-	13.749.255
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.367.156	5.367.156
Destinações do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	268.358	-	(268.358)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.529.639)	(1.529.639)
Constituição de Reserva para retenção de lucros	-	-	-	3.569.157	(3.569.157)	-
Em 31 de dezembro de 2017	6.000.000	-	821.552	10.725.278	-	17.586.720

Demonstrações do resultado

	2017	2016
Receita líquida	54.455.381	48.324.354
Custo dos serviços prestados	(25.573.302)	(23.055.670)
Lucro bruto	28.882.580	25.269.272
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(11.405.978)	(10.063.825)
Despesas gerais e administrativas	(10.129.804)	(7.647.348)
Outras receitas (despesas), líquidas	597.050	(309.036)
	(21.938.732)	**(17.020.208)**
Lucro operacional	**6.943.848**	**8.249.064**
Resultado financeiro	422.775	451.668
Despesas financeiras	(558.459)	(650.757)
Resultado financeiro	(135.684)	(199.089)
Lucro antes do IR e da contribuição social	7.268.104	7.358.079
Imposto de renda	(1.393.037)	(2.062.890)
Contribuição social	(507.911)	(752.680)
Lucro líquido do exercício	**5.367.154**	**4.542.509**
Lucro básico e diluído por ação do capital social R$	2,18	0,83

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e parecer dos Auditores Independentes encontram-se à disposição dos acionistas na sede social.

O.P.F. Participações S/A

CNPJ: 09.255.444/0001-42

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2017. Colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31 de Dezembro de 2017. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial /Ativo (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**165**	**214**
Disponível	**57**	**106**
Bens Numerários	45	96
Bancos c/movimento	12	10
Direitos Realizáveis	**108**	**108**
Bens destinados a venda	108	108
Ativo não Circulante	**10.392**	**10.382**
Investimentos	**10.392**	**10.382**
Participação em Outras Empresas	10.392	10.382
Total do Ativo	**10.557**	**10.596**

Balanço Patrimonial / Passivo (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Liquido	**10.557**	**10.596**
Capital Social	5.687	5.687
Reservas de Lucros	4.892	4.931
Ajustes acumulados de conversao	(22)	(22)
	10.557	**10.596**
Total do Passivo	**10.557**	**10.596**

Demonstração do Resultado (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Operacionais	(1)	(1)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Outras Receitas	470	1.742
Resultado Operacional	**462**	**1.740**
Resultado do Exercício	**462**	**1.740**
Resultado Liquido do Exercício	**462**	**1.740**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR$)

Discriminação	Capital Social	Reservas Lucros	Prejuízo Acumulado	Ajustes Acumulado de Conversao	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2015	**5.687**	**3.147**	**814**	**(19)**	**9.638**
Lucro Liquido do Exercício		-	1.740	-	1.740
Transferencias para reservas		2.554	(2.554)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas		(170)	-	-	-170
Ajuste de conversao		-	-	(12)	-12
Saldo Balanço 31/12/2016	**5.687**	**4.931**	**-**	**(22)**	**10.596**
ajuste exercício anterior		(63)	-	-	-63
Lucro Liquido do Exercício		-	462	-	462
Transferencias para reservas		462	(462)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas		(438)	-	-	-438
Ajuste de conversao		-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2017	**5.687**	**4.892**		**(22)**	**10.557**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	462	1.740
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(465)	(1.742)
(+) Lucro Ajustado	(3)	(2)
(=) Caixa Gerado/Consumido Atividades Operacionais	**(3)**	**-2**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	392	406
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**392**	**406**
Fluxos dos Financiamentos: Pagamentos de Dividendos	(438)	(170)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(438)**	**(170)**
Variação Total das Disponibilidades	**(49)**	**97**
Saldo Inicial das Disponibilidades	106	9
Saldo Final das Disponibilidades	57	106

Notas Explicativas: O P F - Participações S/A., CNPJ nº 09.255.444/0001-42, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, nº 22 - Bairro São Francisco, no município de Cerquilho-SP. Tendo como atividade a Holding de Instituição não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 5.686.507 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sete) ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma. - Por ser uma Holding não operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como holding não empresas; 2 Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazenda Pilon S/A, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreendimentos S/A, com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial.

Otávio Pilon Filho - Diretor Presidente

Maria de Fátima Grando Luca - Contadora - CRC-SP 1SP 220242/O-8

Vamcruz Participações S.A.

CNPJ/MF: 21.514.557/0001-10

Relatório da Administração

Relatório da Administração: Aos Acionistas: A administração de Vamcruz Participações S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativas ao exercício de 2017, acompanhadas das Demonstrações financeiras. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Companhia é uma companhia de Participação Vamcruz Participações S.A. (Companhia) é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 13/06/2015, através da Assembleia Geral de Constituição. A Companhia tem por objeto a participação direta e indireta em sociedades e seu prazo de duração é indeterminado. A Companhia participa diretamente na sociedade anônima denominada Mines e Energia - MME nº 388/2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Caiçara I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12/07/2012 e o término em 12/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Companhia.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2017 Controladora	2017 Consolidado
Ativo circulante	7.997	51.384
Ativo não circulante	286.329	505.679
Passivo circulante	293.995	557.023
Caixa e equivalentes de caixa	1.933	19.415
Passivo circulante	4.452	33.127
Passivo não circulante	897	208.344
Patrimônio líquido	288.647	288.647

Lucro (prejuízo) do exercício findo em 31/12/17

	2017 Controladora	2017 Consolidado
	18.785	**18.785**

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 06/02/2018. **Amaury Rainho Neto** - Diretor

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais)

	2017 Controladora	2017 Consolidado
Receita operacional líquida	-	**90.703**
Custos	-	**(29.273)**
Resultado bruto	-	**61.430**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(78)	(13.825)
Outras despesas/receitas operacionais	-	(4)
Equivalência patrimonial	19.038	(2.206)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**18.960**	**(2.206)**
Despesas financeiras	(1.198)	(1.198)
Receitas financeiras	964	321
Resultado financeiro	**(234)**	**(2.125)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**18.726**	**(1.970)**
Imposto de renda e contribuição social	-	(58)
Lucro/ (prejuízo) do exercício	**18.726**	**(2.033)**
Lucro/ (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)		**0,0769**

	2017 Controladora	2017 Consolidado
(Aumento) / redução em outros ativos	-	(32)
Aumento / redução em outros passivos	5	11
Aumento / (redução) em obrigações		
Fiscais e tributárias	50	42
Aumento / (redução) em outras obrigações	-	2.359
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(289)**	**171**
Juros pagos sobre financiamento	-	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**(289)**	**171**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira de longo prazo	(7)	-
(Aumento) / redução em investimentos	(1.508)	12.025
(Aumento) / redução em AFAC	(15.739)	(16.320)
(Aquisições) / Baixa de intangível	-	(59)
(Aquisições) / Baixa de imobilizado	-	(2.234)
Dividendos	-	1.756
Recursos adicionais nas atividades de investimento	**(17.254)**	**(2.819)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamento com partes relacionadas	(352)	1.850
Empréstimos pagos	-	-
Aumento de capital social	16.227	16.227
Dividendos pagos	(1.756)	(1.756)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	**14.119**	**16.321**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(3.424)**	**(2.327)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.671	4.427
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	1.672
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(1.668)**	**(2.755)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	**148.875**		**76.540**	**370**	**5.557**	**231.062**
Aumento de capital	33.557	(33.557)	-	-	-	-
Resultado do exercício			-	-	(2.033)	(2.033)
Incorporação do prejuízo		(2.033)	(2.033)		2.033	-
Saldos em 31/12/2016	**182.432**	**44.983**	**370**	**3.234**	**3.604**	**231.021**
Aum

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Padronizadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes sobre demonstrações financeiras. Todas as informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de reais, com base em informações financeiras individuais preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB*. Informações adicionais sobre a Companhia estão disponíveis na internet (www.hbsa.com.br).

Mensagem da Administração: No ano de 2017 enfrentamos um cenário econômico bastante desafiador, ainda com reflexos da crise que se instalou no país nos últimos anos. O ainda limitado nível de atividade econômica e a alta volatilidade dos preços dos ativos reais e financeiros não foram capazes de refletir o sólido crescimento de nossa companhia, demonstrado a seguir, que ultrapassou os níveis pré-crise e se tez de nossos fundamentos e do modelo de negócio. Neste ano, a companhia consolidou suas operações no corredor norte, expandindo seus investimentos neste corredor, que compreende uma ETC – Estação de Transbordo de Carga (HB Miritituba), Navegação Norte, empresas consolidadas do ativo de navegação – empurradores e barcaças (HB Navegação) e um terminal de uso TUP – Terminal de Uso Privado (HB Vila do Conde). Além do corredor logístico de grãos, a Companhia consolidou suas operações de transporte de cargas e fertilizantes de fertilizantes (HB Cabotagem) e fertilizantes de fertilizantes (HB Fertilizantes). Em 15 de março de 2017, a controlada indireta Resfir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R$15.449 (US$5.000 mil), com sua liquidação prevista para 14 de julho de 2020. Em 07 de novembro de 2017, a controlada indireta Resfir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco Safra, equivalente a R$6.679 (US$2.000 mil), com sua liquidação prevista para maio de 2019, com a finalidade de pagar os custos com reforma de 2 empurradores recém adquiridos.

Destaques do Exercício 2017: Em 2017 os resultados operacionais refletem a consolidação das operações no corredor norte – Portos, Navegação e Cabotagem e a estabilidade das operações no corredor sul – Hidrovia Paraguai/Paraná e Rio Uruguai. Os resultados brutos apurados nos negócios estão compatíveis com os resultados projetados e demonstram a forte capacidade de geração de caixa operacional em suas atividades de transporte fluvial nacional e internacional. Investimentos Projeto Norte: No mercado interno, a Companhia continuou investindo na ampliação e modernização de seus portes e construção de ativos de navegação, além da consolidação das operações de Cabotagem e Fertilizantes. Em 2017 a Companhia implantou o projeto Operador de Transporte Multimodal – OTM, estendendo o escopo de atuação para o transporte rodoviário com a finalidade de incrementar a competitividade de suas soluções logísticas e aumentar o volume transportado no corredor Norte. Investimentos Projeto Sul: No mercado externo, no Corredor Sul, destaque para os projetos operacionais de transporte de minério (Vale) e de Grãos (Cofco e Sodrê), além da construção de terminal portuário pela subsidiária Hidrovia em Montevidéu, que passou a operar em 2016. O Corredor Sul é a consolidação de resultados das subsidiárias diretas e indiretas estabelecidas no Uruguai e Paraguai. Holding: A Holding apresenta somente despesas operacionais necessárias ao desenvolvimento e suporte de suas atividades descritas em seu objeto social e compatíveis com o desenvolvimento de seus projetos.

Destaques Financeiros: A receita líquida no exercício de 2017 foi de R$790.527 mil, apresentando um aumento de 101,4% em comparação ao exercício de 2016 (R$392.599). Os custos e despesas operacionais no exercício de 2017 foram de R$530.086, referentes à consolidação das operações contratadas (combustível, pessoal, manutenção, seguro, agenciamento, armazenagens, depreciação, dentre outros), apresentando um aumento de 72% em comparação ao exercício de 2016, com valor de R$ 307.563. O aumento de custos e despesas está relacionado com o aumento de volume e consolidação da operação no Corredor Norte. O EBITDA consolidado no exercício de 2017 foi de R$ 377.594, apresentando um sólido crescimento de 137,8% em comparado com o exercício de 2016 (R$ 158.773). O EBITDA consolidado corresponde a 48% da Receita Líquida da Companhia.

Receita Líquida de Serviços: A Receita Líquida do Corredor Norte em 2017 totalizou R$486.107, apresentando um aumento de 391,1% comparado a 2016 (R$ 98.979), devido principalmente ao crescimento de volume contratado junto aos clientes do longo prazo.

Custos de Operação: Os Custos dos Serviços Prestados do Corredor Norte, em 2017, totalizaram R$310.930, apresentando um aumento de 200,9% em comparação a 2016 (R$ 96.880). Este aumento está relacionado com o crescimento do volume transportado no Corredor Norte.

Despesas Operacionais: O grupo de despesas operacionais é composto por Salários e Encargos, Despesas Administrativas e Serviços Profissionais, totalizando no exercício de 2017, o valor de R$ 18.018. Em 2016 o valor foi de R$ 11.433. O aumento deve-se basicamente à adequação da estrutura para suportar o crescimento das atividades da companhia, em conformidade com o seu plano de negócios.

Resultado Financeiro: O Resultado financeiro apresentou um aumento de 68,8%, passando de uma Despesa Financeira Líquida no total de R$84.397 em 2016 para R$ 142.480 em 2017, devido principalmente ao pagamento de encargos sobre a dívida junto aos projetos.

Receita Líquida de Serviços: A Receita Líquida do Corredor Sul em 2017 totalizou R$3.012.753, apresentando um aumento de 7 % em comparação a 2016 (R$ 293.620). O Corredor Sul é a consolidação de resultados das subsidiárias diretas e indiretas estabelecidas no Uruguai e Paraguai. **Custos de Operação:** Os Custos dos Serviços Prestados do Corredor Sul em 2017 totalizaram R$48.736, apresentando um aumento de 5% em comparação a 2016 (R$141.151). O crescimento do custo está relacionado ao aumento do volume transportado. **Despesas Operacionais:** O grupo de despesas operacionais é composto por Salários e Encargos, Despesas Administrativas e Serviços Profissionais, totalizando no exercício de 2017, o valor de R$17.658, apresentando um aumento de 68% em comparação ao exercício de 2016 (R$10.494). Este aumento deve-se basicamente ao repasse custo das atividades administrativas da Holding para o Corredor Sul. **Resultado Financeiro:** O Resultado financeiro apresentou um aumento de 3%, passando de uma Despesa Financeira no total de R$63.164 em 2016 para o total de R$64.985 em 2017, devido principalmente ao pagamento de encargos sobre dívida com empréstimos contratados durante o exercício para viabilizar novos projetos. **Holding: Despesas Operacionais:** O grupo de despesas operacionais é composto por Salários e Encargos, Despesas Administrativas e Serviços Profissionais totalizando, no exercício de 2017, o valor de R$ 42.990, apresentando uma queda de 9% em comparação ao exercício de 2016 (R$ 46.821). Este queda deve-se ao repasse custo das atividades administrativas da Holding para o Corredor Sul. **Resultado Financeiro Líquido:** O Resultado financeiro apresentou uma variação positiva de 21%, passando de uma despesa financeira no total de R$ 9.591 em 2016 para R57.445 em 2017 devido, principalmente, a despesas com variação cambial quando comparado ao exercício anterior.

Auditoria Independente: Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de auditoria externa dos balanços.

Principais eventos de 2017:

1. Sociétário: Em agosto de 2017 foi constituída filial com a finalidade de Operação de Transporte Multimodal – OTM.

2. Aumento de Capital: Em 18 de dezembro de 2017, os acionistas aportaram R$ 2.667, equivalentes a 28.523.845 ações ordinárias, substancialmente para a combinação de negócios descrita na nota explicativa nº 1.

3. Empréstimos e Financiamentos: Do total dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas abaixo, os principais são os seguintes: Em 15 de março de 2017, a controlada indireta Resfir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R$15.449 (US$5.000 mil), com sua liquidação prevista para 14 de julho de 2020. Em 07 de novembro de 2017, a controlada indireta Resfir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco Safra, equivalente a R$6.679 (US$2.000 mil), com sua liquidação prevista para maio de 2019, com a finalidade de pagar os custos com reforma de 2 empurradores recém adquiridos.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

Ativos	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016 (Reclassificado)
Circulantes		95.494	168.359	318.058	339.521
Caixa e equivalentes de caixa	4	372	352	83.869	95.182
Títulos e valores mobiliários	5.1	79.302	140.505	105.022	167.196
Contas a receber	6	–	–	76.881	23.101
Estoques		–	–	9.262	11.147
Impostos a recuperar		5.087	2.773	28.197	12.292
Adiantamentos a fornecedores		364	–	8.282	4.358
Despesas pagas antecipadamente		1.659	455	6.346	6.845
Garantias e depósitos caução	7 e 17	–	15.970	–	15.989
Créditos com partes relacionadas	17	8.710	8.286	–	–
Outros créditos		–	18	–	3.371
Não circulantes		1.367.564	1.045.844	3.368.146	3.216.093
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	–	–	186.119	51.915
Créditos com partes relacionadas	17	133.164	10.000	–	–
Depósitos judiciais	14	5.230	3.977	5.230	3.977
Garantias e depósitos caução	7 e 17	5.483	75.262	5.483	75.262
Imposto diferido		–	–	320	320
Despesas pagas antecipadamente		–	–	5.561	1.878
Outros créditos		6	6	14	16
Investimentos	8	1.196.203	929.596	64.485	64.936
Imobilizado	9	13.155	11.125	2.833.935	2.741.136
Intangível	10	14.323	15.878	267.319	276.653
Total ativo		1.463.058	1.214.203	3.686.204	3.555.614

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016 (Reclassificado)
Circulantes		130.012	33.373	502.684	1.627.585
Fornecedores	11	3.139	1.496	46.837	39.942
Risco sacado a pagar	12.1	–	–	67.054	67.854
Empréstimos e financiamentos	12	78.907	15.683	293.587	1.362.888
Instrumentos financeiros	18.4	–	–	10.249	14.464
Obrigações sociais e trabalhistas	13	10.241	9.357	22.362	15.762
Processos judiciais	14	–	–	5.764	–
Obrigações tributárias		17.499	5.539	34.514	16.984
Contas a pagar com partes relacionadas	17	1.258	349	–	–
Contas a pagar – aquisição de controladas	1	–	–	–	104.690
Outras contas a pagar		18.968	947	22.318	5.044
Não circulantes		13.615	–	1.864.089	747.199
Instrumentos financeiros	18.4	–	–	22.854	39.932
Empréstimos e financiamentos	12	13.615	–	1.841.435	689.710
Contas a pagar – aquisição de controladas	1	–	–	–	27.450
Outras contas a pagar		–	–	–	107
Patrimônio líquido		1.319.431	1.180.830	1.319.431	1.180.830
Capital social	15	1.398.239	1.295.630	1.398.239	1.295.630
Custo na emissão de títulos patrimoniais		(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)
Reservas de capital		11.860	8.725	11.860	8.725
Prejuízos acumulados		(203.102)	(214.795)	(203.102)	(214.795)
Outros resultados abrangentes		137.319	116.155	137.319	116.155
Total passivo e patrimônio líquido		1.463.058	1.214.203	3.686.204	3.555.614

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o resultado por ação)*

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016 (Reclassificado)
Receita líquida	21	–	–	790.527	392.599
Custo dos serviços prestados	22	–	–	(451.931)	(238.843)
Lucro bruto		–	–	338.641	153.756
Receitas (despesas) operacionais					
Salários, encargos e benefícios	22	(31.253)	(27.837)	(37.759)	(33.873)
Gerais e administrativas	22	(3.394)	(5.932)	(16.507)	(15.634)
Serviços profissionais	22	(13.337)	(8.894)	(18.814)	(14.106)
Depreciações e amortizações	9, 10 e 22	(4.037)	(4.158)	(5.025)	(5.107)
Resultado de equivalência patrimonial	8 e 22	74.214	(32.499)	(11.304)	(14.761)
Outras receitas operacionais	22	9.931	–	–	–
		31.224	(79.320)	(89.409)	(83.481)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		31.224	(79.320)	249.232	70.275
Receitas financeiras	23	15.487	24.606	71.962	28.350
Despesas financeiras	23	(23.032)	(34.187)	(286.972)	(185.490)
Resultado financeiro	23	(7.545)	(9.581)	(215.010)	(157.140)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do IRPJ e da CSLL		23.679	(88.901)	34.222	(86.865)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	(11.986)	–	(23.172)	(2.356)
Diferido		–	–	1.950	30.377
Lucro (prejuízo) do exercício		11.693	(88.901)	11.693	(88.901)
Lucro (prejuízo) por ação – R$	16	0,00106	(0,13392)		

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro (prejuízo) do exercício	11.693	(88.901)	11.693	(88.901)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	7.677	(83.427)	7.677	(83.427)
Perda efetiva na mudança no valor justo de "hedge" de fluxo de caixa	13.487	13.941	13.487	13.941
Total	21.164	(69.486)	21.164	(69.486)
Resultado abrangente do exercício	32.857	(158.387)	32.857	(158.387)

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o resultado por ação)*

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.693	(88.901)	11.693	(88.901)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Provisões para bônus e gratificações	437	1.578	437	18.770
Provisão PIS/ COFINS	–	1.547	–	1.547
Impostos diferidos	–	–	(643)	(320)
Processos Judiciais	–	–	5.764	–
Juros, líquidos	9.689	–	162.368	95.301
Encargos de hedge reconhecidos no resultado	–	–	14.370	501
Atualização monetária e cambial	(474)	17.817	8.793	2.978
Atualização monetária e cambial sobre contas a pagar de aquisição	–	–	–	965
Plano de opções de ações	3.087	250	3.087	250
Reserva de capital	–	–	–	–
Mora – Risco sacado	–	–	14.085	–
Rendimento de aplicação financeira	(7.528)	(10.438)	(11.470)	(13.390)
Depreciação e amortização	4.037	4.158	131.364	87.980
Resultado de equivalência patrimonial	(74.214)	32.499	11.304	14.761
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(48.036)	(2.906)
Estoques	–	–	2.171	(2.126)
Impostos a recuperar	(2.314)	1.952	(15.250)	(417)
Adiantamentos a fornecedores	(364)	106	(3.702)	70.714
Garantias e depósitos caução	85.749	–	85.768	–
Despesas pagas antecipadamente	(1.204)	191	(3.085)	(6.476)
Partes relacionadas	(126.657)	–	–	–
Depósitos judiciais	(1.253)	(3.977)	(1.253)	(3.977)
Outros créditos	18	3.365	4.112	8.345
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.641	(530)	(10.405)	(90.065)
Risco sacado a pagar	–	–	87.794	67.831
Obrigações sociais e trabalhistas	884	(963)	6.103	(17.895)
Obrigações tributárias	11.960	(5.121)	35.325	(2.184)
Imposto diferido	–	–	–	–
Adiantamentos de clientes	–	–	–	285
Outras contas a pagar	18.021	902	17.063	14.699
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(66.793)	(45.565)	507.757	156.270
Pagamento de risco sacado	–	–	(102.656)	–
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.894)	–	(124.690)	(187.463)
Imposto de renda e contribuição social pagas	–	–	(18.595)	(1.004)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(74.686)	(45.565)	261.816	(32.197)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(4.465)	(8.919)	(200.801)	(345.826)
Aquisição de controladas	–	–	(132.140)	–
Aquisição de ativo intangível	(47)	(1.603)	(2.980)	(6.663)
Títulos e valores mobiliários	68.731	(34.650)	72.408	52.160
Partes relacionadas	–	(11.761)	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	(131.818)	(51.915)
Aumento de capital em controladas	(168.074)	(148.775)	(13.915)	(60.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(103.856)	(205.708)	(406.469)	(412.244)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital de acionistas	102.609	223.777	102.609	223.777
Captação de empréstimos	130.000	15.683	207.554	673.344
Amortização de principal – empréstimos	(54.956)	–	(192.653)	(654.394)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	909	349	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	178.562	239.809	131.341	442.727
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	–	–	1.999	(11.141)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	352	11.816	95.182	108.037
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	372	352	83.869	95.182
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20	(11.464)	(11.314)	(1.714)

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas	13.740	10.391	216.117	387.298
Receita de serviços	–	–	832.219	408.870
Receitas relativas à construção de ativos próprios	13.740	10.391	216.117	387.298
Insumos adquiridos de terceiros:	(16.731)	(14.826)	(235.697)	(155.452)
Custos dos serviços prestados	–	–	(235.697)	(155.452)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(16.731)	(14.826)	(35.076)	(29.740)
Serviços de terceiros	(13.740)	(10.391)	(216.117)	(387.298)
Valor adicionado (consumido) bruto	(16.731)	(14.826)	561.446	231.846
Depreciação, amortização e exaustão	(4.037)	(4.158)	(131.364)	(88.498)
Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	(20.768)	(18.984)	430.082	135.180
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	74.214	(32.499)	(11.304)	(14.761)
Receitas financeiras	15.487	24.606	71.962	28.350
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	68.933	(26.877)	490.740	148.769
Distribuição valor adicionado (consumido)	68.933	(26.877)	490.740	148.769
Pessoal	18.172	27.837	123.031	33.873
Remuneração direta	11.117	24.252	114.653	24.835
Benefícios	2.648	2.299	3.490	(1.483)
FGTS	1.320	1.286	4.888	10.521
Outros	3.087	(3.545)	3.332	4.795
Tributos	16.036	–	69.044	18.307
Federais	16.036	–	69.044	18.307
Remuneração de capitais terceiros:	23.032	34.187	286.972	185.490
Juros	23.032	34.187	286.972	185.490
Remuneração de capitais próprios	11.693	(88.901)	11.693	(88.901)
Lucro (Prejuízo) do exercício	11.693	(88.901)	11.693	(88.901)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional – A Hidrovias do Brasil S.A ("Companhia"), companhia aberta categoria "A", foi constituída em 18/08/2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as atividades a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades: a) Transporte de mercadorias; b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos; c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e arrendamento de embarcações; d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros; e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$1.720.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76. A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia. A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo: • Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. (Hidrovias do Norte), holding domiciliada no norte do Brasil, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades. • Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. ("HB Vila do Conde"), tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multiusuários próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. • Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A. ("HB Miritituba"), tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multiusuários e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. • Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. ("HB Navegação Norte"), tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, granéis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias; cargas e descargas de barcaças e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e granéis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal internacional, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, de transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral, granéis sólidos e granéis líquidos. Em agosto de 2017 foi constituída filial com a finalidade de Operação de Transporte Multimodal – OTM. • Hidrovias do Brasil – Intermodal – Agenciamento de Serviços Ltda. ("HB Intermodal") tem por objeto social a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente. • Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") tem por objeto social o transporte multimo de longo curso – Carga e transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual, e internacional exceto travessia. • Obrinel S.A. ("Obrinel"), domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal operar um terminal especializado de carga de granel sólido, nas instalações do Porto de Montevidéu – TGM; A Obrinel detém concessão por prazo determinado de 20 anos, aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Portos – ANP do Uruguai, por meio do Concurso Público nº 105. Na contrato de concessão está definido que o Poder Executivo poderá estabelecer tarifas para os serviços portuários dependendo do nível de competitividade, além de, conceder o direito de solicitar renovação por um período adicional de até 10 anos, renegociando novas condições. • Hidrovias del Sur S.A. ("Hidrovias del Sur"), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades. • Baleto S.A. ("Baleto"), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação em 49% do capital da Obrinel S.A. ("joint venture"). • Girocantex S.A. ("Girocantex") e Girocantex S.A. – Filial no Paraguai ("Girocantex Paraguai"), empresas operacionais domiciliadas no Uruguai e Paraguai, têm por objetivo principal o transporte fluvial de mercadorias. • Hidrovias del Paraguay S.A. ("Hidrovias del Paraguay"), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades conexas relacionadas com o transporte por via fluvial. • Pricolpar S.A. ("Pricolpar"), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial. • Cetrelin S.A. ("Cetrelin"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação e transporte fluvial de mercadorias no exterior (Paraguai). • Limday S.A. ("Limday"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte de peças de celulose nas instalações portuárias das Tre Bay Fenton para o terminal portuário localizado em Nova Palmira, Uruguai. • Resfir S.A. ("Resfir"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação. Aspectos regulatórios: Em 07/12/2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 06/12/2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. Referida Medida Provisória foi convertida em Lei em 05/06/2013 (Lei nº 12.815). Em 21/02/2013, o Conselho Nacional de Política Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controladora direta HB Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP) localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 11/04/2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará. Em 09/05/2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEPPR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como Interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado – TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 31/07/2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEPPR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como Interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga – ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, distrito de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 05/12/2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de aPortaria (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União. Em 29/12/2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União. Em 24/06/2016, a Companhia HB Intermodal foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R$2.500, que será totalmente integralizado até 24/06/2019. Em 01/12/2016, a Companhia foi criada com a finalidade de arrendar ativos de navegação. Em 01/12/2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 5120, de 30/11/2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) autorizou a transferência de controle acionário como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem. Em 02/12/2016, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu Licença de Operação (LO) do Terminal de Uso Privado (TUP), de propriedade da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 20/12/2016, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador desta empresa. Com esta autorização e registro a empresa deu início à sua operação no Brasil. 1.1. Constituição Hidrovias do Brasil Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") e combinação de negócios Log-In Em 23/12/2016, a Companhia afravés de sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Cabotagem S.A ("HB Cabotagem") adquiriu junto a Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" os direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita, com vigência de 19 anos, no trecho entre Porto Trombetas, no Pará, e Barcarena/PA e 2 (dois) navios com capacidade de 85.000ton cada, denominados HB Tucunaré e HB Tambaqui. O objetivo da aquisição foi o de ampliar as modalidades de transporte da Companhia, passando a incorporar a atividade de Cabotagem em seu portfólio. A aquisição foi concluída em 23/12/2016, conforme detalhado a seguir: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14/09/2016, o Conselho aprovou a aquisição dos ativos da Log-In e em 23/12/2016 as condições precedentes foram atingidas e o contrato de compra foi firmado. Os ativos foram adquiridos pela Companhia. A contraprestação transferida dessa transação foi de R$191.795, composta da seguinte forma: a) Pagamento em caixa de R$200.000, sendo R$60.000 em 23/12/2016 e o restante em 14 parcelas trimestrais consecutivas corrigidas pelo IGPM. b) Desconto acordado pelas partes no valor de US$2.700 mil, equivalente a R$8.205 na data da transação, o qual será abatido proporcionalmente conforme o cronograma de pagamento em caixa. A Administração assumiu ativos operacionais 2 (dois) navios (inputs), dívida, contrato de cliente (outputs), processos e recursos operacionais e registrou os ativos e passivos a valor justo na empresa conforme CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Foi também feita a alocação definitiva dos ativos e passivos a valor justo e conforme segue:

	Custo histórico	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Ativos não circulantes:			
Imobilizado	421.852	7.748	429.600
Intangível	–	161.293	161.293
Ágio	–	73.121	73.121
Passivos circulantes:			
Empréstimos e financiamentos	30.331	–	30.331
Passivos não circulantes:			
Empréstimos e financiamentos	442.508	–	442.508
Contraprestação transferida	50.987	242.162	191.175
Ativos líquidos adquiridos			(50.987)
Preço pago alocado:			
Mais valia imobilizado			7.748
Mais valia contratos			161.293
Ágio			73.121
Contraprestação transferida			191.175

Informações adicionais à aquisição: a) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos em 23/12/2016: b) o valor da transação, foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, individualmente identificáveis relacionados aos direitos e obrigações de um contrato comercial firmado entre a Log-In e a Alumina – Alumina do Norte do Brasil S.A., em 20/

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

	País	Participação – % 2017	2016
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Resfir S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00
Controladas em conjunto			
Obrinel S.A.	Uruguai	49,00	49,00
Limday S.A.	Uruguai	44,55	44,55

(a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidrovias Del Sur. (b) Empresa constituída em 24/05/2016. (c) Empresa constituída em 16/09/2016.

a qual realizou a combinação de negócios descrita na nota explicativa nº1. Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2017: As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 01/01/2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção destas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7	Iniciativas de divulgação
	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar
Alterações à IAS 12	Ciclo de IFRSs 2014-2016
Melhorias Anuais	

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (a).
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (a)
IFRS 16	Arrendamentos (b)

(a) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2018. (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2019. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Esse pronunciamento aborda a classificação a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 foi emitida de forma completa em julho de 2014 e substitui a IAS 39 (exceto norma correlata no Brasil é o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicada em 01/01/2018. A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança nos passivos financeiros e que a entidade adota a opção do valor justo, onde a porção de mudança do valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. O CPC 48 também substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que será determinadas com base nas probabilidades ponderadas. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança em 31/12/2017, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia deliver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a entidade fará no futuro. No entanto, em uma avaliação preliminar, a Companhia estima os seguintes impactos da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31/12/2017: • Aumento significativo das divulgações, por conta do CPC 48 para a divulgação dos critérios de classificação e mensuração, perda esperada e hedge accounting (se aplicável); • Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trarão impacto significativo com relação às classificações atualmente adotadas de acordo com o CPC 38; • A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo (VJ), sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48; • As perdas por redução ao valor recuperável não são reconhecidas de acordo com o CPC 48 e nem sendo com a mudança no IFRS 9; • As alterações esperadas pela contabilidade de hedge teriam um impacto material. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas a partir de 2018. IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes: O IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por qual montante é reconhecida. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento das receitas, incluindo o CPC 30(IAS18) Receitas. A receita na prestação de serviço é reconhecida atualmente ao longo do período de uma viagem para cada etapa dentro de cada corredor norte, sul e serviço de cabotagem. Para o corredor norte, a Companhia possui contratos com determinados clientes cuja tarifa é calculada pela prestação do serviço do corredor como um todo e não apenas etapas segregadas entre transbordo, transporte e elevação. Dessa forma, o reconhecimento das receitas a partir de 2018 ocorrerá pela conclusão do serviço do corredor iniciando-se em transbordo e terminando em elevação. Caso a aplicação do IFRS 15 ocorresse ainda para 2017 o impacto dessa alteração na forma de contabilização é a redução da receita em montante aproximado R$9.400. IFRS 16 – Arrendamento: A IFRS 16 introduz o modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamento do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo CPC06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e IOPC 03 (IFRIC 4, SIC 15, e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo avaliados e serão conhecidos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Caixa e depósitos bancários	372	352	83.866	95.182
Total	372	352	83.866	95.182

5. Aplicações Financeiras

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
5.1. Títulos e Valores Mobiliários				
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	79.302	140.505	105.222	167.196
a) Aplicações Financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 101,8% do CDI (100,9% em 31/12/2016). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Aplicações Financeira Vinculadas – Consolidado

	2017	2016
Projeto Norte (a)	81.672	–
Projeto Vale (b)	91.293	51.915
Cabotagem (c)	13.153	–
	186.118	51.915

a) Em 2017, as controladas HB Vila do Conde, HB Miritituba e HB Navegação Norte, constituíram um fundo de investimento que está atrelado aos empréstimos do corredor Norte. b) Em 2016, a controladora Girocantex S.A., constituiu um fundo de investimento no Banco Deutsche Bank Trust Company Americas, que está atrelado ao empréstimo do Projeto Vale (exigência contratual). O saldo de 31/12/2016 no montante de 51.915 foi classificado originalmente na conta de caixa e equivalentes de caixa e foi reclassificado para a rubrica de aplicações financeiras vinculadas para melhor apresentação. c) Representam investimentos no fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC FI RF, sujeitos a variação da taxa de juros SELIC, com remuneração de 96,95% da Selic. A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados a variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

6. Contas a Receber de Clientes – Consolidado

	2017	2016
Exterior		
Clientes	14.985	23.611
Girocantex	21.004	18.625
Nacional		
Vila do Conde	499	96
Miritituba	756	–
Navegação	5.846	234
Intermediação	321	–
Cabotagem	44.470	3.893
Total	86.881	46.459

	Consolidado 2017	2016
Composição do contas a receber por idade de vencimento		
A vencer	63.479	11.195
Vencido até 30 dias	13.021	–
Vencidos de 30 a 60 dias	23	–
Vencidos de 60 a 90 dias	–	9.943
Vencidos de 90 a 120 dias	73	1.353
Vencidos de 120 a 180 dias	285	1.069
Total	76.881	23.560

7. Garantias e Depósitos Caução

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Projeto Vale (a)	74.959	–	74.959	–
Projeto Obrinel (b)	5.180	15.180	15.970	–
Outros	303	303	303	822
Total	5.483	91.222	5.483	91.221
Classificado como:				
Circulante	–	15.970	–	15.989
Não circulante	5.483	75.262	5.483	75.262

(a) Em 09/10/2013, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Girocantex no montante de US$23.000, referente a garantia estabelecida nos termos e condições do "Project Funding Support and Corporate Guarantee Agreement – PFSCGA". Este depósito foi devolvido após a comprovação da performance dos ativos de navegação do Projeto Vale, confirmada por meio da constatação de seis viagens consecutivas realizadas por cada comboio e outras condições de liberação acordadas em 06/07/2017. (b) Em 25/07/2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Obrinel no montante de US$4.900, em cumprimento aos termos e condições da Garantia de Financiamento Subordinado. Em 13/06/2014. Este depósito foi liberado em agosto de 2017 no montante de US$.312 e o saldo residual no montante de U$1.588 mil permaneceu como depósito garantia até a liberação da Conclusão Financeira do Projeto Obrinel.

8. Investimento – Nenhuma subsidiária com saldo contábil relevante foi adquirida pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Composição dos investimentos

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Participações sociétárias avaliadas por equivalência patrimonial	1.196.203	929.596	64.485	64.936
	1.196.203	929.596	64.485	64.936
Total	1.196.203	929.596	64.485	64.936

O saldo do consolidado refere-se à Limday R$12.514 (R$14.308 em 31/12/2016) e a Obrinel R$51.971 (R$50.628 em 31/12/2016), registrados por equivalência patrimonial, conforme o pronunciamento técnico CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e Controlada em Conjunto. A controladora do consolidado no exercício findo em 31/12/2017 está apresentada a seguir:

2016	Saldo inicial de ações	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Limday	14.308	–	1.834	(3.628)	12.514
Obrinel	50.628	13.915	(13.138)	566	51.971
Total	64.936	13.915	(11.304)	(3.062)	64.485

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31/12/2016 está apresentada a seguir:

2015	Saldo inicial	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Baloto S.A.	19.397	–	(785)	–	(3.200)	15.412
Hidrovias del Sur	441.709	11.665	63.342	13.941	(80.230)	450.427
HB Maraba	9.276	313	(326)	–	–	9.261
Hidrovias del Paraguay	(11)	–	(1)	–	–	(12)
Hidrovias do Norte	412.432	72.944	(96.401)	–	–	388.975
Pricolpar	3	–	(3)	–	3	6
Cabotagem	–	63.400	1.635	–	–	65.035
Intermediação	–	453	39	–	–	492
Total	882.806	148.775	(32.499)	13.941	(83.427)	929.596

2016	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final
Limday	16.249	1.135	(3.076)	14.308
Obrinel	79.190	(15.896)	(12.666)	50.628
Total	95.439	(14.761)	(15.742)	64.936

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

	Quantidade de ações	Total de ações	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	2017 Receitas líquidas (*)
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur	2.828.608.315	1.284.729	731.161	553.568	68.947	312.753
HB Maraba	20.000.000	9.316	64	9.252	(322)	–
HB Cabotagem	63.400.000	712.558	486.359	226.199	4.088	133.564
HB Intermediação	454.000	4.065	884	3.181	2.382	14.201
Hidrovias do Norte	496.971.094	1.542.820	1.155.954	386.866	(2.011)	338.342
Controladas indiretas e em conjunto						
Limday	96.302.000	35.673	7.583	28.090	4.117	20.563
Obrinel (**)	423.323.815	275.621	169.557	106.064	(26.813)	17.812
Baloto	208.927.039	53.016	1.181	51.835	(13.225)	–
Girocantex	2.422.140.009	1.071.335	634.668	436.667	71.203	278.915
Hidrovias del Paraguay	450.000	45.442	75.739	(30.297)	1.424	73.739
Pricolpar	225.000	27.500	8.823	18.677	3.842	32.899
Cikelsol	800.000	143.124	103.606	39.518	6.345	76.429
Resfir	20.000	38.487	38.134	353	339	1.676
HB Vila do Conde	253.934.860	747.891	559.319	188.572	(3.738)	105.125
HB Miritituba	115.961.546	305.254	241.551	63.703	(11.854)	52.273
HB Navegação Norte	134.289.228	570.496	434.493	136.003	13.585	179.034

(*) Inclui as receitas entre grupos. (**) Em 31/12/2017 valor total dos passivos é substancialmente composto por R$77.463 de empréstimos e financiamentos.

2016	Quantidade de ações	Total de ações	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur	2.828.608.315	1.302.389	851.962	450.427	63.342	304.820
HB Maraba	20.000.000	9.313	37	9.261	(328)	–
HB Cabotagem	63.400.000	794.979	729.944	65.035	1.634	3.533
HB Intermediação	454.000	732	240	492	39	245.177
Hidrovias do Norte	496.971.094	1.375.877	986.902	388.975	(96.401)	111.109
Controladas indiretas e em conjunto						
Limday	96.302.000	42.034	9.914	32.120	2.548	19.189
Obrinel	423.323.815	280.057	175.630	104.427	(31.260)	13.217
Baloto	208.927.039	53.833	50	53.783	(15.884)	–
Girocantex	2.422.140.009	1.102.508	758.656	343.852	75.246	275.856
Hidrovias del Paraguay	450.000	28.378	59.680	(31.302)	(2.182)	66.994
Pricolpar	225.000	31.851	7.486	24.365	(9.204)	11.949
Cikelsol	800.000	141.920	109.422	32.498	6.541	67.626
HB Vila do Conde	253.934.860	776.194	524.084	192.110	(51.463)	34.899
HB Miritituba	115.961.546	359.939	284.382	75.557	(35.843)	17.837
HB Navegação Norte	134.289.228	477.895	355.477	122.418	(9.299)	58.373

(*) Inclui as receitas entre grupos. Os contratos de dívida nos corredores Sul e Norte restringem a Companhia de distribuir dividendos até a liberação do Project Completion. A HB Cabotagem não possui essa restrição o que permite a distribuição de dividendos limitada a 25% do lucro líquido, conforme o estatuto social ajustado de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

9. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31/12/2017 é a seguinte:

Controladora	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	152	76	398	206	10.391	11.125
Adições	5	12	–	9	4.439	4.465
Transferência para intangível	–	–	–	–	(2.026)	(2.026)
Transferências	1.930	–	3	199	(2.132)	–
Depreciação	(233)	(16)	(40)	(120)	–	(409)
Saldo em 31/12/2017	1.854	72	361	294	10.672	13.155
Custo histórico	2.519	157	410	890	10.672	14.648
Depreciação acumulada	(658)	(91)	(139)	(596)	–	(1.484)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	10	25	–	
Saldo em 31/12/2015	248	84	309	272	1.551	2.464
Adições	–	–	37	42	8.840	8.919
Depreciação	(96)	(14)	(38)	(108)	–	(256)
Saldo em 31/12/2016	152	76	308	206	10.391	11.133
Custo histórico	575	145	407	690	10.391	12.208
Depreciação acumulada	(425)	(75)	(99)	(476)	–	(1.075)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	10	25	–	

Consolidado	Terrenos	Edifícios e construções	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Equipamentos e barcaças	Navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	55.604	516.025	194	143	240.769	1.140	341	1.123.272	429.600	374.044	2.741.136
Adições	–	8.109	1.250	108	23.369	186	43	1.163	–	168.087	202.315
Transferências para intangível	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.794)	(2.794)
Transferências	8.739	51.431	1.929	–	85.923	199	–	105.135	–	(253.356)	–
Depreciação	–	(21.566)	(285)	(52)	(27.630)	(380)	(86)	(49.210)	(19.094)	–	(118.268)
Ajustes de tradução	–	3	4	4	51	2	–	13.316	19	(1.834)	11.564
Saldo em 31/12/2017	64.343	554.003	3.092	203	322.482	1.147	298	1.193.676	410.525	284.147	2.833.958
Custo histórico	64.343	580.075	4.129	459	367.506	2.525	721	1.345.779	430.138	284.147	3.089.816
Depreciação Acumulada	–	(36.072)	(1.034)	(256)	(45.007)	(1.373)	(423)	(152.103)	(19.613)	–	(255.881)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	25	20	20	4	5	–	
Saldo em 31/12/2015	49.025	–	358	239	697	833	516	1.143.792	–	1.009.237	2.204.697
Adições	–	–	–	3	1.213	722	–	1.355	–	384.005	387.298
Combinação de negócios (*)	–	–	–	–	–	–	–	–	430.119	–	430.119
Transferências	20.083	530.537	(357)	(227)	256.155	–	–	173.150	–	(979.341)	–
Depreciação	–	(14.508)	(130)	(53)	(17.258)	(359)	(104)	(50.700)	(519)	–	(83.660)
Ajustes de tradução	(13.504)	–	323	181	(4)	(56)	(71)	(144.325)	–	(39.857)	(197.313)
Saldo em 31/12/2016	55.604	516.025	194	143	240.769	1.140	341	1.123.272	429.600	374.044	2.741.136
Custo histórico	55.604	530.325	946	347	258.193	2.123	676	1.226.165	430.119	374.044	2.878.749
Depreciação acumulada	–	(14.506)	(749)	(204)	(17.414)	(993)	(335)	(102.893)	(519)	–	(137.613)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	25	20	20	4	5	–	

(*) Combinação de negócios Log-in (valores reclassificados conforme nota explicativa nº1).

Imobilizado em andamento	Saldo líquido 31/12/2017	31/12/2016
Consolidado		
Projeto Miritituba (ETC)	4.408	28.256
Projeto Vila do Conde (TUP)	11.608	92.544
Projeto Navegação (*)	198.964	218.821
Outros projetos (**)	69.167	36.424
Total	284.147	374.044

(*) O saldo em andamento no ativo da controlada indireta HB Navegação Norte, trata-se dos investimentos atrelados à construção de empurradores e barcaças e serão transferidos para imobilizado em serviço conforme a entrega dos empurradores.

(**) O saldo em andamento refere-se a projetos de melhorias de embarques no corredor sul.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "Impairment": De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e de 2016, com base nos estudos efetuados pela Administração, não foram identificados indicadores da necessidade da realização de tais perdas para análise da necessidade de registro da provisão para redução a seu valor recuperável.

10. Intangível

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	12.868	–	3.000	15.876
Adições	37	–	10	47
Transferência do imobilizado	384	1.642	–	2.026
Transferências	3.030	–	(3.030)	–
Amortização	(3.628)	–	–	(3.628)
Saldo em 31/12/2017	12.693	1.642	10	12.345
Taxa anual de amortização – %	20	–	–	
Custo histórico	22.079	1.642	–	23.721
Amortização acumulada	(9.386)	–	–	(9.386)
Controladora				
Saldo em 31/12/2015	4.070	14.105	–	18.175
Adições	–	1.603	–	1.603
Transferências	12.688	(12.688)	–	–
Amortização	(3.900)	–	–	(3.900)
Saldo em 31/12/2016	12.858	3.020	–	15.878
Taxa anual de amortização – %	20	–	–	
Custo histórico	18.628	3.020	–	21.648
Amortização acumulada	(5.770)	–	–	(5.770)

Consolidado	Software	Contratos	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2016	13.183	161.293	94.116	3.061	276.653
Adições	86	–	–	117	203
Transferências do imobilizado	1.152	1.642	–	–	2.794
Transferências	5.212	–	–	(5.212)	–
Amortização	(3.743)	(8.961)	(392)	–	(13.096)
Ajuste de tradução	3	–	299	464	765
Saldo em 31/12/2017	15.893	153.974	94.023	3.430	267.319
Taxa anual de amortização – %	20	–	10	–	
Custo histórico	25.575	163.358	96.359	3.430	288.722
Amortização					
Acumulada	(9.683)	(9.384)	(2.336)	–	(21.403)
Saldo em 31/12/2016	4.362	–	92.540	20.568	47.479
Adições	149	–	3.088	3.426	6.663
Combinação de negócios (*)	–	161.716	73.121	–	234.837
Transferências	12.688	–	–	(12.688)	–
Amortização	(3.980)	(423)	(430)	–	(4.833)
Ajuste de tradução	(36)	–	(4.211)	(3.246)	(7.493)
Saldo em 31/12/2016	13.183	161.293	94.116	8.061	276.653
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	10	–	
Custo histórico	19.123	161.716	96.060	8.061	284.960
Amortização					
Acumulada	(5.940)	(423)	(1.944)	–	(8.307)

(*) Combinação de negócios Log-in (reclassificado conforme nota explicativa nº1). (a) Ágio: Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday e Ágio da Limday de R$8.039 (R$8.039 em 31/12/2016) está fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações.

Refere-se ao direito de concessão da Baloto na aquisição da Obrinel, de R$12.955 (R$12.955 em 31/12/2016), está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Obrinel.

Ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da "Log-In" fundamentado como rentabilidade futura das operações.

Em 31/12/2017 e de 2016, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros gerados pelo contrato de concessão e aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "impairment".

11. Fornecedores

	Controladora 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Fornecedores nacionais	3.098	1.498	44.974	39.255
Fornecedores estrangeiros	50	–	1.863	587
Total	3.148	1.498	46.837	39.842

A movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados é conforme segue:

	Saldo inicial 31/12/2016	Liberações	Juros incorridos	Juros pagamento	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de Conversão	Variação Cambial	Saldo Final 31/12/2017
Controladas	227.315	–	40.928	(50.370)	(45.024)	(45.024)	7.277	–	175.126
Cabotagem	472.215	588	15.419	15.008	(6.294)	(6.294)	–	6.915	474.835
Vila do Conde	418.569	23.251	42.478	(44.383)	(42.196)	(42.196)	–	–	397.719
Navegação	248.528	41.340	28.711	(12.024)	(10.835)	(10.835)	–	–	295.625
Miritituba	190.118	4.304	19.486	–	(8.885)	–	–	–	205.023
Hidrovias do Brasil	15.683	130.000	9.689	(54.956)	(7.894)	(7.894)	–	–	92.522
Cikelsol – Resfir	80.170	–	4.705	(16.010)	(4.025)	673	–	–	65.513
					(537)	(21.999)	952	(537)	23.568
	2.052.598	221.483	162.368	(192.657)	(124.690)	(134.069)	8.229	6.378	2.136.022
						9.095			2.136.022

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos: (a) Em 24/07/2013, as controladas indiretas Girocantex e Hidrovias del Paraguay contrataram financiamento em moeda estrangeira de até US$210.150 mil com o objetivo de financiar a construção de 8 empurradores, 144 barcaças e demais custos indiretos relativos ao contrato de fretamento de longo prazo de minério de ferro com a Vale. Os juros e principal estão sendo pagos semestralmente em 12 anos desde de novembro de 2013 a 2016. (b) Em 23/12/2016, a Companhia assumiu através de sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o BNDES, no valor total de R$472.839, referente a aquisição de dois navios graneleiros, cujos recursos ocorreram mediante contrato de financiamento com a liquidação final ocorrida em 15/06/2017. Estão dados em garantia os ativos adquiridos Tucunaré e Tambaqui. (c) Em 27/04/2016, a controlada indireta HB Vila do Conde celebrou o contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R$429.850, com início de sua amortização em abril de 2017 com a finalidade de financiamento do projeto implantação. (d) Em 18/05/2016, a controlada indireta HB Vila do Conde celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Itaú Unibanco S.A ("Itaú"), no valor total de R$10.000, liquidado no primeiro trimestre de 2017 com a finalidade de cobrir despesas da operação. (e) Em 18/03/016, a controlada indireta HB Navegação Norte celebrou o contrato de Financiamento com Recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no valor total de R$430.823 sendo a primeira parcela liberada no montante de R$188.488 em 15/07/2016, com início de sua amortização em maço de 2018 com a finalidade de financiamento do projeto norte. (f) Em 26/06/2016, a controlada indireta HB Miritituba celebrou o contrato de Financiamento no valor total de R$189.266, sendo a primeira parcela liberada no montante de R$175.962 em 15/07/2016, e segunda e terceira parcelas liberadas nos montantes de R$6.500 e R$2.500 em 13/09/2016 e 03/10/2016, respectivamente com a finalidade de financiamento do projeto norte. (g) Em 23/09/2016, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Pine, no valor total de R$15.000, o qual foi liquidado em 11/04/2017 com a finalidade de cobrir gastos administrativos. (h) Em 22/06/2017, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM, no valor total de U$6.009 equivalente a R$20.000, liquidado em dezembro de 2017. (h) Em 31/07/2017, a Companhia celebrou novo contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM, no valor total de U$6.009 equivalente a R$20.000, com sua liquidação prevista para outubro de 2019 com a finalidade de cobrir gastos administrativos. (i) Em 21/03/2017, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Pine, no valor total de R$90.000, com sua liquidação prevista para 21/10/2018 com a finalidade de cobrir restrições do projeto no corredor norte. (j) Em 15/01/2018, a controlada indireta Cikelsol contratou financiamento em moeda estrangeira equivalente a R$94.500 (US$35.000 mil). Os juros e o principal estão sendo pagos em 10 parcelas semestrais desde 16/07/2015 com a finalidade de financiar a compra da frota. (k) Em 15/03/2017, a controlada indireta Resfir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R$15.449 (US$5.000 mil), com sua liquidação prevista para 14/07/2020. (l) Em 07/11/2017, a controlada indireta Resfir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco Safra Luxemburgo equivalente a R$6.679 (US$2.000 mil), com sua liquidação prevista para maio de 2019 com a finalidade de custeio com reforma dos empurradores. Os referidos contratos de financiamentos descritos na letra (d); (e), e (f), integram o financiamento estruturado (project finance) para o Projeto Norte das suas controladas HB Miritituba, HB Navegação e HB Vila do Conde, que engloba a construção de uma Estação de Transbordo de Cargas – ETC, de comboios de navegação fluvial e de um Terminal de Uso Privado – TUP, respectivamente, no Estado do Pará. Em 23/03/2018 as dívidas do corredor norte e de terceiros foram liquidadas com a emissão do Bond (vide nota explicativa nº 28). Fiança: Em 17/12/2013, a Hidrovias do Brasil através de suas controladoras indiretas HB Miritituba e HB Vila do Conde constituiu a garantia de execução para os contratos de respectivos terminais por uma exigência do órgão regulador ANTAQ no valor total de R$17.518. A vigência desta fiança está atrelada ao tempo de operação do corredor Norte.

Garantias: Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. Cláusulas restritivas: A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento líquido e patrimônio líquido. A controlada Girocantex possui taxa específica de juros sobre o saldo devedor. Os contratos de financiamento possuem as seguintes cláusulas restritivas vigentes: 1. Manter a relação de Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 0,2 vezes. 2. As SPEs também possuem determinadas cláusulas relativas a "covenants" não financeiros (operacionais). Descumprimento no atend

... continuação

informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). **18.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a previsibilidade das operações e a minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais a já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de eventuais descasamentos de taxas de câmbio e taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos alinhados com as respectivas obrigações (dívidas ou fluxos de pagamentos em moeda estrangeira) protegidas. Derivativos designados para "swap" – Consolidado: Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas de financiamento de projetos são "swaps" convencionais de "Libor 6M" para taxa fixa com o intuito de fixar os juros incorridos no fluxo de pagamento de dívidas que originalmente foram contratadas com uma taxa pós-fixada, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. E, portanto, proteger o fluxo de pagamentos de principal e juros (objetos de proteção).

	Negociação	Vencimento	Valor nocional (US$)	Índice	Exposição 2017 (R$)	Exposição 2016 (R$)	Taxa
Sumitomo Mitsui Banking New York	09/10/2013	15/05/2026	66.018	Libor	(10.908)	(14.878)	1,78%
Banco Santander Cayman	09/10/2013	15/05/2026	66.018	Libor	(11.715)	(14.855)	1,78%
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	09/10/2013	15/05/2026	66.018	Libor	(10.879)	(14.663)	1,78%
					(32.902)	(44.396)	

O valor justo referente aos saldos desses instrumentos está apresentado abaixo:

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	(10.908)	(14.878)
Banco Santander Cayman	(11.115)	(14.855)
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	(10.879)	(14.663)
	(32.902)	(44.396)
Circulante	(10.248)	(14.464)
Não circulante	(22.654)	(29.932)

Em 31/12/2017, como resultado das operações descritas acima, as controladas possuem um saldo passivo de R$32.902 (R$44.396 em 31/12/2016).

Movimentação dos derivativos

	2017	2016
Saldo inicial	44.396	66.020
Efeito reconhecido no resultado por pagamento de hedge	(14.370)	(13.420)
Ajustes de conversão	2.876	(8.204)
Saldo final	32.902	44.396

18.5. Gerenciamento de riscos: Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio do acompanhamento da Administração, que atua alinhamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e gerenciar eventuais descasamentos para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:• Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de câmbio; • Risco de taxa de juros. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Caixa e equivalentes de caixa	372	352	83.868	95.182
Contas a receber	–	–	76.881	23.101
Títulos e valores mobiliários	79.302	140.505	105.222	167.196
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	186.119	51.915

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas possuem as respectivas obrigações:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Consolidado 31/12/2017 37 meses em diante
Garantia depósito caução (nota explicativa nº 7)	–	457	457	4.569
Fornecedores (nota explicativa nº 11)	46.837	–	–	–
Risco Sacado (nota explicativa nº 12)	67.054	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (*)	403.442	358.836	378.628	2.363.850
Instrumento Financeiro (nota explicativa nº 18)	10.248	1.888	1.888	18.878

(*) Os empréstimos e financiamentos foram liquidados em 23 março de 2018 conforme nota explicativa nº 28).

Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas. A única transação que sofre oscilação é a HB Cabotagem.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira.

Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compatibilizados e aprovados pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àquelas inerentes aos propósitos a que originaram a contratação.

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Total dos passivos circulante e não circulante	(143.627)	(33.373)	(2.966.773)	(2.374.793)
Caixa e equivalentes de caixa	372	352	83.868	95.182
Títulos e valores mobiliários	79.302	140.505	105.222	167.196
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	186.119	51.915
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	(63.953)	107.484	(1.991.564)	(2.060.491)
Patrimônio líquido	1.919.241	1.180.836	1.919.241	1.180.836
Relação entre patrimônio e a sobra (insuficiência) líquida de caixa	(45%)	9%	(151%)	(174%)

(*) Os empréstimos e financiamentos foram liquidados em março de 2018 conforme nota explicativa nº 28).

19. Programa de Opção de Compra de Ações – Em 07/12/2010, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária os planos de outorga nos termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores da Companhia e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção desses profissionais. Os participantes indicados, oportunidade em que a opção de compra de ações será outorgada, receberão a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados. A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado proporcionalmente às vigências dos contratos, registrando o montante acumulado de R$ 155 (31/12/2016 o montante acumulado de R$5.063) sendo R$3.087 referente ao exercício de 2017 (31/12/2016 o montante acumulado de R$250). Como determina o pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi reconhecido de forma gradativa e será reconhecido pelo exercício de aquisição do direito ("vesting period"). Como justo das opções é estimado na data de concessão, usamos o modelo "Black-Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos. Para cálculo da taxa livre de risco, baseia-se na curva futura do "DI x Pré" da BMF&Bovespa. Detalhes das opções outorgadas

Hidrovias do Brasil S.A.

Plano/Programa "Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$ 1°)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R$ 1°)
2010/1°	07/12/2012	07/12/2020	1	500.000	–	500.000	1,15
2010/1°	07/12/2012	07/12/2020	1	500.000	–	500.000	1,27
2010/1°	07/12/2013	07/12/2020	1	500.000	–	500.000	1,40
2010/1°	07/12/2014	07/12/2020	1	500.000	–	500.000	1,61
		Total Plano de 2010	**2.000.000**	–	–	**2.000.000**	
2011/1°	10/05/2012	10/05/2021	1	25.000	–	25.000	1,17
2011/1°	10/05/2013	10/05/2021	1	25.000	–	25.000	1,31
2011/1°	10/05/2014	10/05/2021	1	25.000	–	25.000	1,47
2011/1°	10/05/2015	10/05/2021	1	25.000	–	25.000	1,65
		Total Plano de 2011	**100.000**	–	–	**100.000**	
2012/1°	25/05/2013	25/05/2022	1,14	338.750	–	125.000	213,750	1,37
2012/1°	25/05/2014	25/05/2022	1,14	338.750	–	125.000	213,750	1,54
2012/1°	25/05/2015	25/05/2022	1,14	338.750	–	125.000	213,750	1,73
2012/1°	25/05/2016	25/05/2022	1,14	338.750	–	157.500	181,250	1,93
2012/2°	10/08/2013	25/05/2022	1,28	100.000	–	–	100.000	1,56
2012/2°	10/08/2014	25/05/2022	1,28	100.000	–	–	100.000	1,76
2012/2°	10/08/2015	25/05/2022	1,28	100.000	–	–	100.000	1,98
2012/2°	10/08/2016	25/05/2022	1,28	100.000	–	–	100.000	2,18
		Total Plano de 2012	**1.755.000**	–	**-532.500**	**1.222.500**	
2013/1°	26/02/2014	26/02/2023	1,41	275.234	–	-35.400	239.834	1,77
2013/1°	26/02/2015	26/02/2023	1,41	275.234	–	-35.400	239.834	2,01
2013/1°	26/02/2016	26/02/2023	1,41	275.233	–	-65.490	209.743	2,25
2013/1°	26/02/2017	26/02/2023	1,41	275.233	–	-65.490	209.743	2,54
		Total Plano de 2013	**1.100.934**	–	**-201.780**	**899.154**	
2014/1°	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750	–	-4.500	551.250	2,2
2014/1°	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	–	-4.500	551.250	2,47
2014/1°	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	–	-27.000	528.750	2,8
2014/1°	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	–	-27.000	528.750	3,15
		Total Plano de 2014	**2.223.000**	–	**-63.000**	**2.160.000**	
2016 A/1°	27/07/2016	31/03/2025	3,64	891.779	–	–	891.779	–
2016 A/1°	31/03/2017	31/03/2025	3,64	891.779	–	–	891.779	0,93
2016 A/1°	31/03/2018	31/03/2025	3,64	891.778	–	–	891.778	1,06
2016 A/1°	31/03/2019	31/03/2025	3,64	891.778	–	–	891.778	1,14
		Total Plano de 2016 A	**3.567.114**	–	–	**3.567.114**	
2016 B/1°	31/03/2017	31/03/2026	3,48	731.105	–	–	731.105	1,06
2016 B/1°	31/03/2018	31/03/2026	3,48	731.105	–	–	731.105	1,17
2016 B/1°	31/03/2019	31/03/2026	3,48	731.105	–	–	731.105	1,24
2016 B/1°	31/03/2020	31/03/2026	3,48	731.105	–	–	731.105	1,3
		Total Plano de 2016 B	**2.924.420**	–	–	**2.924.420**	

(*) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano. (**) Valor justo na data da outorga.

20. Compromissos e Garantias – Como parte da estratégia de negócios, celebramos um contrato de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volumes e taxas fixas de frete. A execução de nosso contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo na nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material poderia tente ter o efeito oposto. A Companhia Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., dentro das obrigações assumidas no contrato de compra e venda com a KF de Menezes Consultoria Logística, do terreno para a instalação do Terminal Portuário de Usu Privativo (TUP), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará, assumiu a obrigação de R$15.000 atualizado para R$18.000 o correção pelo IPC e estão sendo pagos de forma parcelada desde novembro de 2016 e término em maio de 2019. A Companhia possui contratos de aluguel de navios afretados. 1. Vale, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de março de 2014. 2. Sodru, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de fevereiro de 2014 e com validade de 10 anos a partir de 2016 (setembro para 2031), respectivamente. 4. Noble, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016. 5. Multigrain, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016. 6. Alunorte, no Corredor Norte, com validade de 20 anos a partir de 2010. A partir de março de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Don Antonio de propriedade da controlada indireta Pircolpar S.A. e Draco controlada indireta Cikelski S.A., por 96 meses (2019). Em novembro de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Hydra e Aquarius de propriedade da controlada indireta Gincoartex S.A., por 12 meses (2017), renovado em agosto de 2017 com vigência até setembro de 2018.

21. Receita

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Corredor Sul (a):	307.444	226.182
Serviços de transporte		
Corredor Norte:		
Serviços de elevação	113.946	58.373
Serviços de armazenagem	60.413	17.837
Serviços de navegação	186.146	34.899
Serviços de intermediação	16.562	6.162
Serviços de cabotagem	147.708	3.893
Subtotal	524.775	115.250
Total da receita bruta	832.219	408.807
ISS	(9.288)	(2.290)
PIS	(4.752)	(968)
COFINS	(19.468))	(4.457)
ICMS	(8.139)	(8.556)
Subtotal dos impostos	(41.647)	(16.271)
Total da receita líquida	790.572	392.536

a) O Corredor Sul tem isenção de impostos sobre faturamento nas empresas do Grupalli devido a atividade comercial da Companhia e no Paraguai estão isentas de recolhimento de impostos para as cargas com destino de exportação e as demais cargas sofrem tributação de 10% de imposto de renda.

22. Custos e Despesas

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Salários, encargos e benefícios	(31.474)	(27.948)	(127.899)	(94.562)
Depreciações e amortizações	(4.037)	(4.158)	(131.364)	(88.498)
Manutenção	(11)	(65)	(23.336)	(10.776)
Seguros	(52)	(60)	(14.641)	(12.475)
Combustível	–	–	(78.447)	(34.393)
Serviços de terceiros	(13.460)	(9.233)	(36.882)	(23.669)
Aluguéis	(1.296)	(1.197)	(14.273)	(6.963)
Fretes	(50)	(80)	(1.515)	(1.121)
Viagens e passagens	(1.264)	(1.785)	(6.446)	(3.805)
Arrendamento	–	–	(14.158)	(14.127)
Copa e cozinha	(31)	(42)	(6.221)	(4.662)
Agenciadores	–	–	(29.936)	(3.542)
Operacionais e segurança	–	–	(12.167)	(5.612)
Taxas diversas	(346)	(511)	(3.598)	(3.441)
Materiais operacionais	–	–	(7.492)	(288)
Renovação de bandeira	–	–	(2.223)	(3.010)

Companhia apresentou receita líquida consolidada de R$790.572 mil. Essas operações são efetuadas no Paraguai e Uruguai (denominada Corredor Sul) e a outra parte no norte do Brasil (denominada Corredor Norte). Os contratos celebrados com clientes são na maioria de longo prazo, com cláusulas complexas e incluem garantias de volumes mínimos transportados ("Take or Pay"). O reconhecimento das receitas dessas operações exige a utilização de estimativas e entendimento dos contratos (base de julgamento da Administração), entendimento do momento da efetiva realização do transporte (certo) e registros dos impostos das condições acordadas entre as partes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em razão do potencial impacto que tal assunto poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, e da necessidade da utilização de estimativas e entendimento detalhado das condições contratuais com cada cliente. Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das receitas de acordo com o período de competência; (ii) entendimento das condições contratuais e das contratuais para avaliar o adequado tratamento contábil; (iii) exame, com base em amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (iv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (v) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (vi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (vi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (vii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (viii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (ix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (x) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xiv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xvi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xvi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xvii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xviii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxx) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxi) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxxi) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxiii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxxiii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxiv) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxv) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxxv) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxvi) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxvii) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxxvii) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxviii) exame, por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "Take or Pay"; (xxxxxxxxix) exame, por amostragem, dos relatórios de navegação para conferência do período transcorrido nas viagens e exame do período correto de competência; (xxxxxxxxix) conferência por amostragem, dos documentos de transporte e dos relatórios de navegação, para os contratos com cláusulas de "

Votorantim Cimentos

CRB - Operações Portuárias S.A.

CNPJ/MF nº 05.481.823.0001-08

Demonstrações Financeiras **2017**

Relatório da Administração - CRB - Operações Portuárias S.A.

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	6
Aplicações financeiras	4.027	4.403
Tributos a recuperar	61	121
	4.094	4.529
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	2.502	1.906
Outros ativos	18	20
	2.520	1.926
Investimentos	3.088	3.189
	5.608	5.115
Total do ativo	9.702	9.644

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Fornecedores	80	190
Tributos a recolher	86	119
Dividendos a pagar	252	252
Outros passivos	24	-
	442	558
Não circulante		
Provisões	467	860
	467	860
Total do passivo	909	1.418
Patrimônio líquido		
Capital social	8.980	8.980
Reserva para incentivos fiscais	17	17
Prejuízos acumulados	(564)	(1.131)
Ajuste de avaliação patrimonial	360	360
Total do patrimônio líquido	8.793	8.226
Total do passivo e patrimônio líquido	9.702	9.644

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quanto indicado de outra forma

	2017	2016
Receita líquida dos serviços prestados	4.906	4.065
Custo dos serviços prestados	(4.906)	(4.226)
Prejuízo bruto	-	(161)
Receitas operacionais		
Outras receitas operacionais, líquidas	358	180
	358	180
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	358	19
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	(101)	(42)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	405	627
Despesas financeiras	(40)	(161)
	365	466
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	622	443
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(55)	-
Diferidos	55	-
	622	443
Lucro do exercício		
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	8.980	8.980
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais	0,063	0,049

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não ocorreram transações classificadas como outros resultados abrangentes. Por essa razão, não apresentamos a demonstração do resultado abrangente.

As demonstrações financeiras completas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 05/04/2018.

Célia Midori Narita - Contadora - CRC PR 051.809/O-8 "S" SP

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL-PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. PROCESSO Nº **1003455-72.2018.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões,do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leonardo Aigner Ribeiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração do Regime de Bens movida por Bento Plebel Guatelli,brasileiro e Gabriella Poggi de Carvalho Guida, brasileira, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do atual Comunhão Parcial de Bens para o pretendido Regime da Separação de Bens.O presente edital é expedido nos termos do artigo 734,§1º do CPC.Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. **B4.05**

3ª Vara Cível de Santo Amaro/SP. 3º Ofício Cível Citação. Prazo 20 dias. Proc. **0086222-48.2012.8.26.0002**. O Dr. Claudio Salvetti,Ofiecjo, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Santo Amaro/SP, faz saber a Edson Goyanna dos Santos CPF: 227.168.788-69, que Fabio Fernandez de Almeida ajuizou ação obrigação de fazer, objetivando seja julgada procedente, obrigando o réu a transferir para seu nome o veículo FIAT 500 Sporting Dual, 2008, placas FST 1002, cor preta, condenando o réu em danos materiais e morais no valor de R$ 10.000,00, bem como ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando o réu em lugar ignorado, expedese edital para, no prazo de 15 dias, contestar a ação, sob pena de serem acolidos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. **B4.05**

Silcar - Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 01.006.864/0001-83

Demonstrações Financeiras **2017**

Relatório da Administração - Silcar - Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.

Senhores Quotistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	69	7
Aplicações financeiras	17.890	12.446
Tributos a recuperar	373	1.545
Lucros a receber	150	150
Outros ativos	110.800	109.000
	129.282	123.148
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	8	8
Depósitos judiciais		13
Outros ativos	178.476	208.291
	178.484	208.312
Investimentos	69.715	68.923
	248.199	277.235
Total ativo	377.481	400.383

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Fornecedores	62	-
Tributos a recolher	1.091	694
	1.153	694
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.982	38.508
Partes relacionadas	496	496
Outros passivos	31.867	41.000
	68.345	80.004
Total do passivo	69.498	80.698
Patrimônio líquido		
Capital social	10.000	10.000
Reservas de lucros	324.112	335.814
Ajuste de avaliação patrimonial	(26.129)	(26.129)
Total do patrimônio líquido	307.983	319.685
Total do passivo e patrimônio líquido	377.481	400.383

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quanto indicado de outra forma

	2017	2016
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(50)	(25)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	162	(724)
	112	(749)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	112	(749)
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	4.277	10.323
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	-	19.126
	4.277	29.449
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	33.880	48.316
Despesas financeiras	(1.665)	(2.102)
	32.215	46.214
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.604	74.912
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(12.833)	(20.402)
Diferidos	2.527	5.645
	(10.306)	(14.757)
Lucro líquido do exercício	26.298	60.155
Quantidade média ponderada de quotas - milhares	10.000	10.000
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil quotas, em reais	2.629,80	5.985,50

As demonstrações financeiras completas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 05/04/2018.

Célia Midori Narita - Contadora - CRC PR - 051.809/O-8 "S" SP

Jornal O DIA SP

e-mail: jornalodiasp@terra.com.br

FUNDAÇÃO PRADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituidor: AGOSTINHO PRADA

C.N.P.J. nº 60.647.591/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Membros do Conselho Fiscal: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estas contas foram por nós examinadas e julgadas corretas, recomendando-se sua aprovação. Permanecemos ao inteiro dispor de V.S^as. para quaisquer informações adicionais.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.971.608	1.853.897
Aluguéis a receber	6	185.021	178.423
		2.156.629	**2.032.320**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aluguéis a receber	6	44.966	44.966
Depósitos judiciais	5	1.219.427	1.141.152
		1.264.393	**1.186.118**
Imobilizado	7	1.084.738	1.141.786
		2.349.131	**2.327.904**
Total do ativo		**4.505.760**	**4.360.224**

	Nota explicativa	2017	2016
Circulante			
Impostos a pagar		1.313	307
Contas a pagar		13.015	4.290
		14.328	**4.597**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	8.1	3.923.332	3.795.427
Reserva estatutária	8.2	568.100	560.200
		4.491.432	**4.355.627**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.505.760**	**4.360.224**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (Em Reais)

	Patrimônio social	Reserva estatutária	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**3.755.348**	**539.500**	-	**4.294.848**
Fundo de reserva especial (Nota nº 8.2)	(20.700)	20.700	-	-
Superávit do exercício	-	-	**60.779**	**60.779**
Transferência para o patrimônio social	60.779	(60.779)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**3.795.427**	**560.200**	-	**4.355.627**
Fundo de reserva especial (Nota nº 8.2)	(7.900)	7.900	-	-
Superávit do exercício	-	-	**135.805**	**135.805**
Transferência para o patrimônio social	135.805	(135.805)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**3.923.332**	**568.100**	-	**4.491.432**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - (Em Reais)

1. Contexto operacional: Constituída em 14 de dezembro de 1944, a Fundação Prada de Assistência Social é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, conforme definição do Artigo 3º da Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, tem por finalidade promover a assistência social aos cidadãos brasileiros ou estrangeiros, estes últimos se residentes no Brasil, sem distinção de sexo, raça, cor, credo religioso ou político, bem como o incentivo à cultura. Para fins de promoção da assistência social, poderá: **a)** prestar auxílios a outras instituições caritativas, educacionais ou científicas; **b)** promover igualdade de condições para o acesso aos projetos da Fundação, promovendo assistência social nos termos propostos pela Legislação de Assistência Social vigente, assistindo gratuitamente, dentro dos limites da lei, a comunidade carente. • Auxiliar ou incentivar o progresso cultural, social, educacional, científico e artístico. • Criar e manter hospitais, maternidades, creches, habitações, escolas e outros estabelecimentos correlatos. A Fundação encontra-se registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o nº 109.982/62-80 em 27 de novembro de 1962. Os recursos auferidos pela Fundação nos exercícios de 2017 e 2016 para a manutenção das suas operações, em sua grande maioria, foram provenientes do aluguel de imóveis de sua propriedade. A Fundação possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme Portaria nº 94 de 31 de agosto de 2015, item 22, da Secretaria Nacional de Assistência Social, assegurando validade de 26 de outubro de 2015 a 25 de outubro de 2018. Como instituição de utilidade pública, a Fundação possui os seguintes certificados: • **Utilidade Pública Municipal** - Decreto nº 48.741 de 20 de setembro de 2007, na Cidade de São Paulo; • **Utilidade Pública Municipal** - Lei nº 663 de 22 de outubro de 1960, na Cidade de Limeira; • **Utilidade Pública Estadual** - Lei nº 6.901 de 05 de setembro de 1962; • **Utilidade Pública Federal** - Decreto nº 57.009 de 11 de outubro de 1965. No exercício de 2017, apoiou financeiramente instituições filantrópicas e educacionais com especial foco em crianças e adolescentes carentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, dentro de projetos que visem seu desenvolvimento educacional e profissional, notadamente, as instituições que prestam relevantes serviços à população. Diante da complexidade das situações e demandas por proteção social nos segmentos etários da infância e adolescência, e de conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, atendeu projetos de entidades que prestam serviços sócios assistenciais de atendimento nos âmbitos da: **Proteção Social Básica: • Núcleo socioeducativo:** apoiou financeiramente projetos de entidades sociais que desenvolvem ações de formação e capacitação profissional de jovens para o mercado de trabalho; **• Creche (Centros de Educação Infantil):** auxílios entidades sociais a ampliar sua capacidade e melhorar seu atendimento às crianças por meio de adaptações no ambiente físico e treinamento de professores. **Proteção Social Especial de Média Complexidade: • Pessoas com deficiência:** apoiou financeiramente projetos que promovem a inclusão, qualificação e capacitação de crianças e jovens com deficiências auditivas, visuais e intelectuais para o mercado de trabalho. **Proteção Especial de Alta Complexidade: • Casa de Acolhida:** auxílios entidades sociais na reforma, aquisição de móveis, máquinas e equipamentos necessários para oferecer condições adequadas para atendimento das crianças para que se tornem jovens com condições de reintegração à sociedade, inclusive entidade que acolhe somente crianças com HIV; **• População de rua:** auxílios instituições que abrigam e atendem população moradora em espaços públicos em suas necessidades básicas de abrigo, alimentação, higiene e socialização. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de elaboração -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros. **Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo esses estimativas podem resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas podem vir a diverger para com o resultado real. As principais estimativas referem-se a: • Vida útil do imobilizado; • Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa. • Não houve mudanças nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Apuração de resultados** - O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **3.2. Ativo circulante** - Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A conta de aluguéis a receber representa os aluguéis do período de competência e estão registrados pelo seu valor nominal. **3.3. Depósitos judiciais** - O valor da rubrica "Depósitos judiciais" é referente a valores de imóveis que, pelas características da entidade, se encontra depositado em juízo, podendo ser destinado de maneira compatível com seus objetivos sociais, mediante autorização judicial. **3.4. Ativo imobilizado** - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, sendo terrenos e edificações, acrescidos de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, deduzida a subsequente depreciação para edificações. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 7, que leveram em consideração a vida útil estimada dos bens. **3.5. Demonstrações dos fluxos de caixa** - Foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: • **Atividades operacionais:** referem-se às principais receitas da Fundação e outras atividades que não são de investimento e de financiamento; • **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; • **Atividades de financiamento:** referem-se a atividades que resultam mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	500	-
Conta-corrente	58.108	120.707
Aplicações financeiras – CDB Bradesco	1.913.000	1.733.190
	1.971.608	**1.853.897**

5. Depósitos judiciais

	R$
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.053.802
Atualização monetária	87.350
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.141.152**
Atualização monetária	78.275
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.219.427**

Os depósitos referem-se à venda em 2002 de imóvel localizado em Limeira. Esse recurso deve ser utilizado mediante autorização judicial para aquisições de outro imobilizado pertinente aos objetivos sociais da entidade e está sendo remunerado pelo índice da Caderneta de Poupança.

6. Aluguéis a receber

	2017	2016
Aluguéis e condomínio a receber	254.589	247.891
Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(24.602)	(24.602)
	229.987	**223.389**
Circulante	185.021	178.423
Não circulante	44.966	44.966

Em 26 de setembro de 2012 a Fundação ajuizou Ação de Despejo e Cobrança junto à locatária Sissi Distribuidora de Bebidas e Molhos Ltda., no valor de R$ 24.602 referente ao atraso de seis meses de aluguel. Ademais, a locatária Sissi Distribuidora deixou de pagar as despesas do condomínio até 31 de dezembro de 2017 no valor de R$ 44.966.

7. Ativo imobilizado

	% Taxa anual de depreciação	2017	2016
Terrenos		686.846	686.846
Edificações	4%	2.711.396	2.711.396
Equipamentos	10%	41.787	41.787
(-) Depreciação acumulada		(2.355.291)	(2.298.243)
		1.084.738	**1.141.786**

8. Patrimônio líquido: 8.1. Patrimônio social - O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits acumulados de exercícios anteriores. Os superávits dos exercícios são destinados à manutenção das atividades e serão destinados a suprir eventuais diminuições do patrimônio e a juízo do Conselho Curador, complementar as verbas orçamentárias anuais destinadas à manutenção do serviço da Fundação. E constituído no valor de 8,5% da renda líquida anual, deduzidos os descontos e abatimentos, ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO PRADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** examinou as demonstrações contábeis e de opinião que as demonstrações contábeis acima referidas estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação. São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria da **Fundação Prada de Assistência Social** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Prada de Assistência Social ("Fundação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Prada de Assistência Social** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional ao longo da auditoria. Além disso,

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1

Mauro de Almeida Ambrósio - Contador CRC 1 SP 199692/O-5

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Designação Específica Nº 1/2018

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário nº 10128992204 de 24/02/2014 devidamente registrado no R.14 da matrícula 31.141 em 30/04/2014, no qual figura como Fiduciante **Eduardo de Abreu Faria,** empresário, RG nº 10197770-9-SSP/ DETRAN/RJ e CPF nº 091.252.207-25, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **Fernanda Marques de Oliveira Faria,** analista de marketing, RG nº 10.801.345-1 DIC/RJ e CPF nº 055.066.797-00, brasileiros, residentes e domiciliados à Rua Ministro Octavio Kelly, 467/1601 Bloco A, Icaraí, Niterói, Imóvel a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 05 de Abril de 2018, às 10:00 horas,** à Av. Indianópolis, 2895, Planalto Paulista, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 306,549,28 (Trezentos e seis mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos),** o imóvel abaixo descrito, como uma **Sala Comercial** nº 904 do Edifício Comercial Metropolitan Office, localizado na Rua Lopes Trovão, 448, Icaraí, Niterói/RJ. Matrícula nº 33154 do Cartório 8º Ofício de Niterói/RJ. Obs: Ocupado. Descupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20 de Abril de 2018,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 224,689,35 (Duzentos e vinte e quatro mil seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.vizeuonline.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **CADASTRE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.vizeuonline.com.br,** respeitando o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e arcanção junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º leilão, pelo valor da dívida, acrescida das encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor do arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.vizeuonline.com.br,** o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições já estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão o que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Infs. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS APOSENTADOS DE CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em cumprimento ao disposto na "caput" 2º- letra "a" do Estatuto Social, o Presidente da Diretoria Executiva da Associação Paulista dos Aposentados de Cartórios Extrajudiciais - APACEJ convoca seus associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 25 de Abril de 2018, na Sede Social, sita a Praça da Sé, 21- 11º- andar conj.1111/1112 – Centro de São Paulo, nesta cidade, para Prestação de Contas, destinada à Apreciação e Aprovação dos relatórios das Atividades da Diretoria Executiva, relativas ao exercício anterior (2017) e eleição da nova Diretoria para o triênio 2018/2021. A Assembleia terá início às 10:00 horas, com a presença de, no mínimo 2/3 de associados em primeira convocação. Não havendo quorum, à Assembleia será aberta no mesmo dia e local, meia hora após, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados, conforme disposto no artigo 12º, parágrafo 2º do Estatuto. Será necessária a identificação do associado, o qual deverá estar em dia com suas contribuições. Reinaldo Aranha – Presidente da Diretoria Executiva.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Associação dos Participantes e Assistidos de Fundações e Sociedades Civis de Previdência Complementar da Área de Telecomunições – **ASTEL-ESP**, com sede à rua Primeiro de Janeiro, 235 – Vila Clementino – São Paulo – Capital, convoca os(as) senhores(as) associados (as) a participarem da Assembléia Geral Ordinária, em sua sede social, em concordância com o artigo 13º do Estatuto Social da ASTEL-ESP, em data de 12 de abril de 2018, às 9:00horas, em primeira convocação, não havendo quorum, às 10:30horas, em segunda convocação, com o número de associados presentes, para apreciação da seguinte ordem do dia: - Análise e aprovação das contas referentes ao exercício de 2017; - Eleição de Diretor Administrativo. São Paulo, 05 de abril de 2018. José Carlos Wenceslau - Presidente do Conselho de Administração

3ª Vara da Família e Sucessões Foro Central Cível Processo: 1021125-42.2016.8.26.0100. Posto isso, acolho o parcialmente o pedido para decretar a INTERDIÇÃO de Breno Burza Benini, brasileiro, solteiro, nascido em 16/03/1983, com CPF nº 311.141.958-47 e RG nº 30.636.781-6, domiciliado na Rua Homem de Melo, nº 138, Perdizes, na cidade de São Paulo-SP, filho de João Francisco Benini e Beatriz Burza, portador de doença psiquiátrica (CID-F 20 e F20.5), afetando todos os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando-lhe curadores seus genitores João Francisco Benini, brasileiro, divorciado, engenheiro, com RG nº 4.336.446-9 e CPF nº 123.435.606-68 e Beatriz Burza, brasileira, solteira, com RG nº 17.748.353-2 e CPF nº 344.562.107-10, ambos domiciliados na Rua Homem de Melo, nº 138, Perdizes, na cidade de São Paulo-SP. B 04 e 05/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009019-58.2009.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr(a). Roberto Luiz Corcioli Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) J & M PAPELARIA E INFORMÁTICA, CNPJ 04.707.294/0001-47, na pessoa de seu representante Legal e/ou quem de direito, que Fernando Pereira Filho e Outro, ajuizou uma Ação Declaratória, com Procedimento Comum, tendo como corré Sais Factoring Fomento Mercantil Ltda, objetivando seja julgada procedente, para declarar a nulidade e inexigibilidade das duplicatas nºs 6482- 2, 6459-8, 6350-6, 6459-A, 6467-1, 6482-1, 6482-4 e 6350-F no valor total de R$ 7.521,54, e seus cancelamentos junto ao distribuidor dos Cartórios de Protestos, condenando-se as rés ao pagamento de custas honorários e demais cominações, tendo a autora ajuizado medida Cautelar, cuja liminar foi de

Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

CNPJ n° 07.755.207/0001-15

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração: Agradecimentos: Agradecemos ao apoio e a participação dos acionistas, conselheiros, colaboradores, clientes, parceiros, seguradoras e operadoras de planos de saúde que contribuíram, direta ou indiretamente, para o bom desempenho dos resultados da Companhia.

Balanços Patrimoniais

	Nota	2017 Controladora	2017 Consolidado	2016 Controladora	2016 Consolidado
Ativo		185.484	78.977	83.743	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	46.949	294	4.668	
Aplicações financeiras	8.2	91.675	939	939	
Créditos a receber de clientes	9	38.756	24.715	28.070	
Outros ativos		8.104	48.548	50.066	
Outros ativos financeiros	10.1	6.580	43.730	45.241	
Outros ativos não financeiros		1.525	4.818	4.825	
Partes relacionadas		–	4.481	–	
Não Circulante		385.901	431.977	431.948	
Realizável a longo prazo:		22.302	51.500	51.726	
IR e CS diferidos	11	11.646	46.825	46.590	
Partes relacionadas		7.141	4.538	4.554	
Outros ativos		3.515	557	582	
Outros ativos financeiros	10.1	515	557	582	
Outros ativos não financeiros		3.000	–	–	
Investimentos	13	174	50.415	174	
Imobilizado	14	38.980	37.148	37.148	
Intangível	15	324.445	291.895	349.146	
Total do Ativo		571.385	510.954	581.936	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital Opções outorgadas	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Outros	Lucros ou prejuízos acumulados	Atribuível a própria controladora	Participações de não controladores	Opção de não controladores	Total consolidado
Saldos em 31/12/2015	–	107.798	68.296	21.092	(170.718)	-387.840	29.373	(26.993)	370.220
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	197.340	197.340	7.602	– 204.942
Constituição de reserva legal	–	–	–	1.547	–	(1.547)	–	–	–
Redução de reserva legal	–	–	–	(21.092)	–	21.092	–	–	–
Redução de capital	–	(100.000)	–	–	–	–	–	–	– (100.000)
Apropriação de opções outorgadas reconhecidas	21	–	12.316	–	–	–	12.316	–	– 12.316
Distribuição de dividendos	–	20	–	–	(170.716)	(184.653)	(355.369)	(8.077)	– (363.446)
Destinação de juros sobre capital próprio a controladores	–	–	–	–	–	(10.916)	(10.916)	–	– (10.916)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	21.316	(21.316)	–	–	– –
Saldos em 31/12/2016	–	7.798	80.612	1.547	21.316	–	111.211	28.898	(26.993) 113.116
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	132.972	132.972	7.041	– 140.013
Apropriação de opções outorgadas reconhecidas	21	–	6.633	–	–	–	6.633	–	– 6.633
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	–	–	–	–	–	(40)	(40)	–	– (40)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(21.316)	–	(21.316)	(8.943)	– (30.259)
Destinação de juros sobre capital próprio a controladores	20	–	–	–	–	(1.810)	(1.810)	–	– (1.810)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	131.122	(131.122)	–	–	– –
Exercício de opção de compra	1.b.i	–	–	–	–	–	–	(26.996)	26.993 – (3)
Saldos em 31/12/2017	–	7.798	87.245	1.547	131.122	–	227.650	–	– 227.651

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: a) Contexto operacional: A Qualicorp Corretora de Seguros S.A. ("Qualicorp Corretora" ou "Companhia") é uma sociedade controlada pela Qualicorp S.A. ("Controladora" ou "Qualicorp"), que iniciou suas atividades em 1°/01/2006, com sede no Estado de São Paulo. A Companhia efetua operações de corretagem, financiamento, intermediação e consultoria em benefícios de benefícios. Suas atividades estão inseridas nos segmentos de: (i) planos privados de assistência à saúde, cujos procedimentos são as medicinas de grupo, seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas, autogestões, entidades filantrópicas, cooperativas odontológicas e odontologias de grupo ("operadoras de planos de saúde"); (ii) demais operações de benefícios de outros seguros ou serviços complementares voltados à saúde; e (iii) desenvolvimento e distribuição de seguros massificados através dos canais de varejo, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida. Os planos privados de saúde e demais seguros e serviços complementares são comercializados majoritariamente como "benefícios". A Companhia desenvolve suas atividades nos segmentos de mercado conhecidos como Grupos de Afinidades e Empresarial. O segmento Grupos de Afinidades possui atividades relacionadas à corretagem e/ou intermediação de benefícios coletivos por adesão direcionadas a entidades de classes (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.) e no Segmento Empresarial (também conhecido como Corporativo) sua atuação está relacionada com a corretagem e intermediação de benefícios coletivos empresariais, e adicionalmente atua neste segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando a gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes. As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, aliando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de fazê-lo sem atribuí-los. **b) Principais eventos ocorridos em 2017:** i. Aquisição da Corretagem de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa n° 7): Conforme aprovado do Conselho de Administração, foi exercida, com pagamento em 3/10/2017 a opção de compra de ações pela Companhia da parte do acionista não controlador (25% remanescentes). O pagamento deste passivo foi concluído, referente a essa opção, foi de R$40.962. Neste momento, a Companhia passou a não ter mais acionistas não controladores, e portanto efetuou as baixas das rubricas do patrimônio líquido: (i) "Participação dos não controladores" no valor de R$26.996 e (ii) "Opção de ações - não controladores" no valor de R$ 26.993. ii. Incorporação da Corretagem de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa n° 13). Em 31/12/2017 foi realizada a incorporação total da GA Corretora pela Qualicorp Corretora, tendo como efeito a extinção da Companhia incorporada. A incorporação total da controlada conforme protocolo e justificação de incorporação celebrado nos atos societário beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos de sociedade envolvida, tem como a racionalização operacional e administrativa, e que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, sociedades e estruturas. O critério de avaliação do patrimônio líquido da GA Corretora na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base nos balanços patrimoniais encerrados em 31/08/2017, conforme laudo de avaliação aprovado em AGE de 27/11/2017.

Acervo líquido incorporado da GA Corretora de Seguros

Para circulante:		Passivo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	100	Tributos e encargos sociais a recolher	215
Aplicações Financeiras	12.380	Débitos diversos	27.494
Contas a receber	3.220	Provisões	1.067
Outros valores e bens	18	Total do passivo circulante (B)	28.776
Créditos a comprensar	2.046		
Total do ativo circulante	17.764	Total do passivo não circulante (C)	–
Ativo não circulante:		Acervo líquido (A) - (B) - (C)	12
Intangível	11.019	Variação do acervo líquido no período de 31/08/2017 (data-base do laudo da incorporação) até 31/12/2017 (data-base da efetiva incorporação) (D)	8.507
Total do ativo não circulante	11.019	Efeito contábil da incorporação	
Total do ativo (A)	28.788	em 31/12/2017 (A) - (B) - (C) + (D)	8.519

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais, e quando aplicável consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As informações apresentadas nessas demonstrações contábeis são as mesmas utilizadas pela Administração para fins de tomada de decisão. Ainda, que optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado quando aplicável. **II. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa n° 3. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp e adoção de premissas e estimativas significativas. Não têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa n° 4. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **I. Principios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos na data de ocorrência de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo Qualicorp torna-se parte das disposições contuais do instrumento. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações são de curto prazo, e não possuem ajuste a valor presente, e quando, e somente, resultam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras. Os passivos financeiros referentes às operações de cessão de direitos (nota explicativa n° 15.i) e aos direitos de exclusividade, respectivamente são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, não possuem ajuste a valor materiais nas demonstrações financeiras. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se adequado, quando do reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data de reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas na data de negociação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Por adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; e • No reconhecimento inicial, é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados pela Companhia administrados em conjunto e que tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. II. Investimentos mantidos até o vencimento: Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. II. Ativos financeiros disponíveis para venda: Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecida na conta "Reserva de reavaliação de investimentos" é reclassificada para o resultado. V. Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem principalmente Caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber de clientes e outros ativos financeiros. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". A Companhia não possui passivos classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Os "outros passivos financeiros" são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e revogadas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. **II. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna, e não são mantidos para vencimento e outros fins. **III. Aplicações financeiras:** Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se em operações de menor risco, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado, certificado de depósito interbancário - CDI e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros, podendo ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados ativos e passivos, de acordo com as características específicas de cada item em vigor para exercícios iniciados em ou após 1°/01/2019 Os contratos de locações dos escritórios da Companhia somam R$ 18.018 para o exercício de 2018 (não auditados). IFRIC 23 - A IFRIC 23 é uma interpretação do IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e que será aplicada para identificar incertezas no impostos de renda corrente e diferido, a partir de 1° janeiro de 2019. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações fiscais ainda pendentes. Tem como objetivo assegurar, dentre outras, ela Também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos e das premissas e estimativas das outras estimativas utilizadas. IFRS 17 - "Contratos de seguros". Esse novo pronunciamento trazo o novo tratamento contábil para consolidação de contratos de seguros e também mensuração de passivos quanto no reconhecimento dos lucros. A IFRS 17 entra em vigor em 1°/01/2021. Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e ainda não foram emitidos pelo CPC. Os efeitos do IFRS 9 e IFRS 15 em vigor para exercícios iniciados em ou após 1°/01/2018 (não auditados). IFRIC 23 - A IFRIC 23 é uma interpretação do IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e que será aplicada para identificar incertezas no impostos de renda corrente e diferido, a partir de 1° janeiro de 2019. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações fiscais ainda pendentes. Tem como objetivo assegurar, dentre outras, ela Também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos e das premissas e estimativas das outras estimativas utilizadas. IFRS 17 - "Contratos de seguros". Esse novo pronunciamento trazo o novo tratamento contábil para consolidação de contratos de seguros e também mensuração de passivos quanto no reconhecimento dos lucros. A IFRS 17 entra em vigor em 1°/01/2021. Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e ainda não foram emitidos pelo CPC. Os efeitos do IFRS 9 e IFRS 15 em vigor para exercícios iniciados em ou após 1°/01/2018 (não auditados). IFRS 9 a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes no resultado. **IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes - Mensuração e Reconhecimento (CPC 47):** A Companhia avaliou os impactos desta norma com os seguintes pontos: Receita de venda de produtos e prestação de serviços: Os planos de benefícios a assistência de saúde e demais benefícios e serviços complementares são comercializados majoritariamente como "benefícios". Os planos de benefícios a assistência de saúde e demais benefícios e serviços complementares são comercializados majoritariamente como "benefícios". A Companhia desenvolve suas atividades nos segmentos de mercado conhecidos como Grupos de Afinidades e Empresarial. O segmento Grupos de Afinidades possui atividades relacionadas à corretagem e/ou intermediação de benefícios coletivos por adesão direcionadas a entidades de classes (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.) e no Segmento Empresarial (também conhecido como Corporativo) sua atuação está relacionada com a corretagem e intermediação de benefícios coletivos empresariais, e adicionalmente atua neste segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando a gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes. As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, aliando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de fazê-lo sem atribuídos. **b) Principais eventos ocorridos em 2017:** i. Aquisição da Corretagem de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa n° 7): Conforme aprovado do Conselho de Administração, foi exercida, com pagamento em 3/10/2017 a opção de compra de ações pela Companhia da parte do acionista não controlador (25% remanescentes). O pagamento deste passivo foi concluído, referente a essa opção, foi de R$40.962. Neste momento, a Companhia passou a não ter mais acionistas não controladores, e portanto efetuou as baixas das rubricas do patrimônio líquido: (i) "Participação dos não controladores" no valor de R$26.996 e (ii) "Opção de ações - não controladores" no valor de R$ 26.993. ii. Incorporação da Corretagem de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa n° 13). Em 31/12/2017 foi realizada a incorporação total da GA Corretora pela Qualicorp Corretora, tendo como efeito a extinção da Companhia incorporada. A incorporação total da controlada conforme protocolo e justificação de incorporação celebrado nos atos societário beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos de sociedade envolvida, tem como a racionalização operacional e administrativa, e que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, sociedades e estruturas. O critério de avaliação do patrimônio líquido da GA Corretora na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base nos balanços patrimoniais encerrados em 31/08/2017, conforme laudo de avaliação aprovado em AGE de 27/11/2017.

Acervo líquido incorporado da GA Corretora de Seguros

Para circulante:		Passivo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	100	Tributos e encargos sociais a recolher	215
Aplicações Financeiras	12.380	Débitos diversos	27.494
Contas a receber	3.220	Provisões	1.067
Outros valores e bens	18	Total do passivo circulante (B)	28.776
Créditos a comprensar	2.046		
Total do ativo circulante	17.764	Total do passivo não circulante (C)	–
Ativo não circulante:		Acervo líquido (A) - (B) - (C)	12
Intangível	11.019	Variação do acervo líquido no período de 31/08/2017 (data-base do laudo da incorporação) até 31/12/2017 (data-base da efetiva incorporação) (D)	8.507
Total do ativo não circulante	11.019	Efeito contábil da incorporação	
Total do ativo (A)	28.788	em 31/12/2017 (A) - (B) - (C) + (D)	8.519

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais, e quando aplicável consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As informações apresentadas nessas demonstrações contábeis são as mesmas utilizadas pela Administração para fins de tomada de decisão. Ainda, que optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado quando aplicável. **II. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa n° 3. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp e adoção de premissas e estimativas significativas. Não têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa n° 4. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **I. Principios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos na data de ocorrência de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo Qualicorp torna-se parte das disposições contuais do instrumento. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, não possuem ajuste a valor materiais nas demonstrações financeiras. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se adequado, quando do reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data de reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas na data de negociação. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Por adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; e • No reconhecimento inicial, é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados pela Companhia administrados em conjunto e que tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. II. Investimentos mantidos até o vencimento: Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. II. Ativos financeiros disponíveis para venda: Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecida na conta "Reserva de reavaliação de investimentos" é reclassificada para o resultado. V. Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem principalmente Caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber de clientes e outros ativos financeiros. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". A Companhia não possui passivos classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Os "outros passivos financeiros" são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e revogadas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. **II. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna, e não são mantidos para vencimento e outros fins. **III. Aplicações financeiras:** Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se em operações de menor risco, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado, certificado de depósito interbancário - CDI e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros, podendo ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados ativos e passivos, de acordo com as características específicas de cada item em vigor para exercícios iniciados em ou após 1°/01/2019 Os contratos de locações dos escritórios da Companhia somam R$ 18.018 para o exercício de 2018 (não auditados). IFRIC 23 - A IFRIC 23 é uma interpretação do IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e que será aplicada para identificar incertezas no impostos de renda corrente e diferido, a partir de 1° janeiro de 2019. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações fiscais ainda pendentes. Tem como objetivo assegurar, dentre outras, ela Também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos e das premissas e estimativas das outras estimativas utilizadas. IFRS 17 - "Contratos de seguros". Esse novo pronunciamento trazo o novo tratamento contábil para consolidação de contratos de seguros e também mensuração de passivos quanto no reconhecimento dos lucros. A IFRS 17 entra em vigor em 1°/01/2021. Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e ainda não foram emitidos pelo CPC. Os efeitos do IFRS 9 e IFRS 15 em vigor para exercícios iniciados em ou após 1°/01/2018 (não auditados). IFRS 9 a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes no resultado. **IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes - Mensuração e Reconhecimento (CPC 47):** A Companhia avaliou os impactos desta norma com os seguintes pontos: Receita de venda de produtos e prestação de serviços: Os planos de benefícios a assistência de saúde e demais benefícios e serviços complementares são comercializados majoritariamente como "benefícios". A Companhia desenvolve suas atividades nos segmentos de mercado conhecidos como Grupos de Afinidades e Empresarial. O segmento Grupos de Afinidades possui atividades relacionadas à corretagem e/ou intermediação de benefícios coletivos por adesão direcionadas a entidades de classes (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.) e no Segmento Empresarial (também conhecido como Corporativo) sua atuação está relacionada com a corretagem e intermediação de benefícios coletivos empresariais, e adicionalmente atua neste segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando a gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes. As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, aliando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de fazê-lo sem atribuídos. **b) Principais eventos ocorridos em 2017:** i. Aquisição da Corretagem de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa n° 7): Conforme aprovado do Conselho de Administração, foi exercida, com pagamento em 3/10/2017 a opção de compra de ações pela Companhia da parte do acionista não controlador (25% remanescentes). O pagamento deste passivo foi concluído, referente a essa opção, foi de R$40.962. Neste momento, a Companhia passou a não ter mais acionistas não controladores, e portanto efetuou as baixas das rubricas do patrimônio líquido: (i) "Participação dos não controladores" no valor de R$26.996 e (ii) "Opção de ações - não controladores" no valor de R$ 26.993. ii. Incorporação da Corretagem de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. (nota explicativa n° 13). Em 31/12/2017 foi realizada a incorporação total da GA Corretora pela Qualicorp Corretora, tendo como efeito a extinção da Companhia incorporada. A incorporação total da controlada conforme protocolo e justificação de incorporação celebrado nos atos societário beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos de sociedade envolvida, tem como a racionalização operacional e administrativa, e que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, sociedades e estruturas. O critério de avaliação do patrimônio líquido da GA Corretora na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base nos balanços patrimoniais encerrados em 31/08/2017, conforme laudo de avaliação aprovado em AGE de 27/11/2017.

Acervo líquido incorporado da GA Corretora de Seguros

Para circulante:		Passivo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	100	Tributos e encargos sociais a recolher	215
Aplicações Financeiras	12.380	Débitos diversos	27.494
Contas a receber	3.220	Provisões	1.067
Outros valores e bens	18	Total do passivo circulante (B)	28.776
Créditos a comprensar	2.046		
Total do ativo circulante	17.764	Total do passivo não circulante (C)	–
Ativo não circulante:		Acervo líquido (A) - (B) - (C)	12
Intangível	11.019	Variação do acervo líquido no período de 31/08/2017 (data-base do laudo da incorporação) até 31/12/2017 (data-base da efetiva incorporação) (D)	8.507
Total do ativo não circulante	11.019	Efeito contábil da incorporação	
Total do ativo (A)	28.788	em 31/12/2017 (A) - (B) - (C) + (D)	8.519

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais, e quando aplicável consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As informações apresentadas nessas demonstrações contábeis são as mesmas utilizadas pela Administração para fins de tomada de decisão. Ainda, que optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado quando aplicável. **II. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa n° 3. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp e adoção de premissas e estimativas significativas. Não têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa n° 4. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **I. Principios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos na data de ocorrência de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. Os direitos real

→Continuação

15. Intangível:

	Taxa anual de amortização – %	Custo 31/12/2016	Custo Adições	Custo Transferências	Custo Baixas	Custo 31/12/2017	Amortização 31/12/2016	Amortização Transferências	Amortização Baixas	Amortização 31/12/2017	Saldo Líquido
Consolidado											
Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Salutar incorporada (iv)	–	52.004	–	–	–	52.004	–	–	–	–	52.004
Grupo Paridiv (iv)	–	48.023	–	–	–	48.023	–	–	–	–	48.023
rs ira ministra e e i s . i	–	44.074	–	–	–	44.074	–	–	–	–	44.074
ra s ii ns ns 1 ra e ne is e r. net a e ser r. i	–	21.184	–	–	–	21.184	–	–	–	–	21.184
Athon, Bruder SP e Bruder RJ incorporada por controlada (iv)	–	4.886	–	–	–	4.886	–	–	–	–	4.886
Total ágio	–	170.171	–	–	–	170.171	–	–	–	–	170.171
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (iii)	20	185.377	–	–	–	185.377	(152.390)	(11.362)	–	(163.900)	21.477
Direito de exclusividade	20	176.019	–	–	–	176.019	(85.387)	(26.172)	–	(111.559)	64.460
Softwares em uso (i)	20	44.706	4.173	8.198	(227)	56.850	(39.502)	(11.416)	–	(50.695)	6.155
Software em desenvolvimento	–	11.646	27.213	(8.198)	(5)	30.656	–	–	–	–	30.656
Marcas e patentes	–	3	–	–	–	3	–	–	–	–	3
Salutar	10	53.316	–	–	–	53.316	(37.321)	(5.332)	–	(42.653)	10.663
Athon, Bruder SP e Bruder RJ	10	7.775	–	–	–	7.775	–	–	–	(6.915)	860
GA Consultoria, Administração e Serviços S.A.	20	5.929	–	–	–	5.929	(5.237)	(692)	–	(5.929)	–
Relac. Cliente - Grupo Paridiv	20	3.480	–	–	–	3.480	(3.134)	(348)	–	(3.480)	–
Total outros ativos intangíveis		526.253	31.386	–	(232)	557.407	(329.276)	(55.330)	–	(384.606)	172.801
Total ativos intangíveis		678.424	31.386	–	(232)	709.578	(329.276)	(55.330)	–	(385.133)	304.445

i. Gastos com aquisição de licenciamento de software para utilização da Companhia. ii. Está representado por gastos de desenvolvimento de um sistema operacional, adquiridos de terceiros e que serão amortizados a partir do início da utilização. Para o ano de 2017 foram reclassificados em software em uso o montante de R$3.198. iii. Refere-se à contratos de cessão de direitos e obrigações. iv. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio: A Companhia realizou o teste do valor recuperável do ágio, alocado às UGCs (unidades geradoras de caixa) dos segmentos de Afinidades e Empresarial, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 10 anos, utilizando as seguintes premissas:

Receitas	Para o exercício de 2018 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia com base nos fatores de crescimento das receitas entre os exercícios de 2018 e 2028 e que foram apurados (pro-rata temporis) baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde.
Despesas	As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente as Receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de aluguéis, entre outras, consideradas na projeção de 2018 a 2028, foram estimadas com base no crescimento equivalente à inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBIT (*amin s e re Ta es*), descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, derivadas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 13% a.a., após os impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (*ACC*).
Perpetualidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 3% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo de 4,25% ao ano mais expectativa de crescimento do PIB de 3%, tendo como fonte principalmente projeções do Banco Central.
Fontes	O trabalho de mensuração utilizou como base informações financeiras e operacionais da Companhia, como informações públicas sobre o setor de atuação da Companhia, além de informações econômicas publicadas por instituições como IPEA, BACEN e Bloomberg.

Em seu teste com data-base em 31/12/2017 e 2016, A Companhia concluiu que não há indícios de perdas por "impairment", a serem reavaliadas tendo em vista que o valor em uso excedeu o valor contábil. **16. Debêntures:** As debêntures emitidas no âmbito da emissão possuem as seguintes características:

Debêntures	Quan-tidade	Valor unitário	Vigência	Espécie	Remuneração
4ª emissão (*)	26.100	10	19/10/2016 a 04/11/2019	Quirographária	100% do CDI + "spread" 1,30% a.a.

(*) Em 19/10/2016, a Companhia firmou o instrumento particular de 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirographária, com garantia adicional fidejussória de sua controladora Qualicorp S.A., que foi aprovada em AGE realizada na mesma data. A emissão possui as seguintes características: A efetiva emissão das debêntures ocorreu dia 19/10/2016, o valor nominal unitário das debêntures foi de R$10.000,00, sendo emitidas 26.100 (vinte e seis mil) debêntures, totalizando o montante de R$261.000. Os juros serão pagos semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano. Prazo vencimento: 36 meses, vencendo-se, portanto, em 4/11/2019. Amortização: O valor nominal das debêntures não será amortizado, sendo integralmente pago na data do vencimento das debêntures. **Cronograma de vencimentos e composição da dívida:**

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Vencimento
Remuneração a pagar	3.174	5.787	
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.048)	(1.030)	
Circulante	2.126	4.757	
Débentures parcela única	261.000	261.000	04/11/19
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(960)	(2.027)	
Não Circulante	260.040	258.973	
Total	262.166	263.730	

As demais informações referentes as debêntures (individual e consolidado) não sofreram alterações significativas em relação aquelas divulgadas na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras de 31/12/2016.

Movimentação das Debêntures

	Controladora 31/12/2017
Saldo no início do exercício	263.730
Pagamento de juros	(31.580)
Apropriação de juros passivos (nota explicativa nº25)	28.979
Apropriação de despesas (custos na captação)	1.047
Custo de repactuação	(17)
Saldo no Fim do Exercício	262.166

Aos Administradores e Acionistas: **Qualicorp Corretora de Seguros S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Qualicorp Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Qualicorp Corretora de Seguros S.A. e sua controlada Qualicorp Administração e Serviços S.A., incorporada em 30 de dezembro de 2017 ("Consolidado"), que compreendem as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualicorp Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internal na nin tan s* ar *s* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 3 (viii) e 29 (iv)):** A principal fonte de receita da Companhia é a taxa de corretagem, cujo reconhecimento ocorre de duas formas: (i) ao apresentarem (no mês da venda de um novo plano) ou (ii) pela taxa de corretagem vitalícia (contabilizada mensalmente sobre operações já existentes e mantidas pelos beneficiários de contratos com os respectivos beneficiários). Com o objetivo de assegurar que a taxa de corretagem seja adequadamente reconhecida no período de competência, o valor registrado no mês de referência é apurado até o dia 10 do mês subsequente. Em decorrência do desenho do negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento das taxas de corretagem e o montante a pagar reconhecido pelas operadoras, as quais são frequentemente monitoradas através dos controles internos da Companhia. O principal risco apresentado refere-se ao reconhecimento da receita fora do período de competência, considerando a existência de diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles para os ciclos de faturamento e contas a receber e a pagar, de receita de novos processos de faturamento e recebimento das taxas de corretagem; (b) Avaliação, por meio de amostragem, dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração que suportam a contabilização das taxas de corretagem ao longo do exercício; (c) Teste, com base em amostragem, dos valores registrados como receita com os beneficiários e operadoras, e a reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao período de competência, bem como os ajustes relacionados ao faturamento das taxas de corretagem; (d) Confronto dos recebimentos subsequentes a dezembro de 2017 com a respectiva documentação suporte. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita foram coerentes no período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Porque é um PAA: Teste de "*impairment*" do ágio (Notas 3 (xi) e 15):** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras, ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 170.170 mil, referente a aquisições realizadas em anos anteriores. A Administração avaliou, mediante teste para avaliar a necessidade, ou, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*). O referido teste de *impairment* foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, em relação às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável do ágio e não identificou a necessidade de registro de perdas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, aplicamos, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria: (a) Avaliação do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela Administração para projetar os fluxos de caixa descontados principalmente no que se refere às taxas de desconto, de crescimento das receitas e margens no período destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. reserva de lucros a realizar: a reserva para contingência. **Distribuição de resultados e outras reservas de lucros:** O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou obrigatórios.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Qualicorp Corretora de Seguros S.A.

podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório. A controlada GA (Incorporada) distribuiu dividendos aos sócios não controladores no valor total de R$8.943 e de 26.829 para Qualicorp Corretora (vide nota explicativa nº 13). Os valores foram distribuídos conforme a participação societária dos sócios, sendo 25% para os sócios minoritários e 75% para os sócios majoritários até 30/09/2017 e total as controladas diretas de 1º/10/2017 até 31/12/2017. A Companhia aprovou através da AGE de 31/10/2017, o pagamento do montante de juros sobre capital próprio, no valor de R$ 1.810. **21. Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações:** Até 31/12/2017, foram alocadas despesas de apropriação de opções outorgadas para Companhia no montante de R$6.633 (R$12.316 em 2016) e a movimentação das opções da Companhia de opções outorgadas no exercício é a seguinte:

Preço de exercício médio ponderado	Volatilidade média ponderada	Dividend yield esperado	Vida útil média ponderada	Taxa de juro livre de risco	Data de abandono	Data e validade	Quantidade de opções	Exercícios	Cancelados	Saldo
7,21	42,91%	0,00%	4,12	11,00%	03/02/2016	03/02/2016	3.814.707	(3.028.993)	(785.714)	–
9,52	43,67%	0,00%	3,84	11,67%	0%	31/05/2016	33.475	–	(33.475)	–
16,58	39,54%	0,00%	4,91	12,34%	0%	22/10/2017	1.352.663	(1.033.474)	(319.189)	–
19,12	37,67%	0,00%	4,37	2,34%	35,67%	22/10/2017	142.857	(142.857)	–	–
2,9	37,55%	0,00%	16,87	3,12%	0%	22/10/2017	1.172.543	(1.172.543)	–	–
21,3	36,99%	0,00%	4,4	2,34%	35,67%	16/11/2017	350.000	(87.500)	(262.500)	–
16,79	33,71%	2,37%	8,63	4,51%	23,70%	31/10/2017	10.333.000	(7.183.000)	(3.025.000)	125.000
16,79	32,81%	0,00%	7,65	5,27%	23,70%	18/02/2017	250.000	(50.000)	(150.000)	–
18,41	32,64%	2,37%	7,83	6,19%	23,70%	31/03/2018	1.650.000	(662.500)	(987.500)	–
22	33,00%	2,37%	9,72	5,17%	23,70%	13/06/2018	6.680.000	(4.314.000)	(2.366.000)	–
26,39	32,70%	2,37%	8,8	5,85%	23,70%	12/08/2018	650.000	(212.500)	(300.000)	137.500
25,8	32,01%	2,37%	8,23	5,45%	23,70%	04/11/2018	4.000.000	(1.637.500)	(1.000.000)	1.362.500
15,95	33,32%	2,37%	3,55	6,29%	23,70%	16/12/2019	750.000	(350.000)	(100.000)	300.000
16,18	43,98%	2,37%	19,35	6,85%	23,70%	30/04/2017	3.170.000	(3.132.500)	–	37.500
18,81	46,52%	2,37%	19,72	5,67%	32,22%	18/01/2021	1.000.000	–	–	1.000.000
16,12							25.298.245	(23.007.367)	(8.329.378)	2.962.500

Para 31/12/2017, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 600 dias (464 em 2016).

22. Custo dos Serviços Prestados:

	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Gastos com pessoal (i)	42.155	42.155	41.458	41.458
Gastos com serviços de terceiros (i)	20.285	20.285	11.106	11.106
Gastos com ocupação (i)	5.144	5.144	4.349	4.349
Outros	4.122	4.122	2.152	2.152
Total	71.706	71.706	59.065	59.065

(i) O aumento em gastos com serviços de terceiros deve-se, principalmente ao aumento de contratações visando a expansão de novos projetos corporativos e em tecnologia da informação

23. Despesas Administrativas:

	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Gastos com depreciações e amortizações	58.942	61.834	61.382	64.665
Gastos com pessoal	65.135	65.135	54.100	54.100
Gastos com serviços de terceiros (i)	17.502	18.915	14.910	15.785
Despesas com ocupação	10.771	11.220	10.277	10.676
Outros	2.215	3.472	5.120	5.158
Total	156.092	161.028	145.799	150.424

(i) O crescimento dos gastos nas linhas de Pessoal e Serviços de Terceiros deve-se substancialmente à transferência dos colaboradores da parte relacionada Qualicorp Administração e Serviços para a Companhia em abril de 2016. Em 2017 esses despesas impactaram os resultados dessa coligada durante os 12 meses, diferente do ano anterior que absorveu essas despesas somente após a transferência.

24. Despesas Comerciais:

	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Comissão de recebimento (i)	118.308	118.816	121.444	122.749
Gastos com pessoal (ii)	44.658	44.658	56.539	56.539
Campanha de vendas(iii)	34.663	34.663	56.547	56.547
Publicidade e propaganda (iv)	17.611	17.611	19.274	19.274
Gastos com serviços de terceiros	8.774	8.774	11.317	11.317
Outros despesas comerciais (iv)	17.637	17.637	20.766	20.768
Total	241.651	242.159	285.887	287.194

i. A redução em comissão de terceiros deve-se, principalmente a renegociação de contratos e cancelamento de contratos vitalícios. ii. A redução em gastos com pessoal deve-se, principalmente a redução nos gastos fixos de pessoal da área comercial adotado pela Companhia. iii. A redução dos gastos com campanha de vendas deve-se, principalmente, ao menor volume de promoções e campanhas de vendas. iv. Os gastos de Publicidade e Propaganda deve-se a estratégia da Companhia em otimizar os custos de mídia voltado para vendas. **25. Receitas/Despesas Financeiras:**

	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Receitas Financeiras:				
Mutuo (i)	–	–	17.519	17.519
Rendimentos com aplicações financeiras (ii)	4.835	5.594	15.390	15.743
Atualização monetária de tributos	5.344	5.462	3.424	3.424
Outras Receitas	5	5	2.186	2.185
Atualização monetária	497	497	148	148
Descontos obtidos	–	25	145	145
Total de receitas financeiras	10.685	11.583	38.812	39.171
Despesas financeiras:				
Atualização monetária sobre debêntures (nota explicativa nº 16)	(28.979)	(28.979)	(58.080)	(58.080)
Atualização monetária sobre opções de compra de participação dos não controladores	(5.960)	(5.960)	(4.486)	(4.486)
Outros	(3.344)	(3.361)	(7.208)	(7.209)
Total de despesas financeiras	(38.283)	(38.300)	(69.772)	(69.772)
Resultado financeiro	(27.598)	(26.717)	(30.960)	(30.601)

i. Em 2016 foi firmado contrato de mútuo entre a controlada Qualicorp Corretora, no valor de R$165.211 cujo vencimento do contrato foi em 16/01/2017, gerando receitas financeiras de R$17.519 conforme abaixo. ii. Devido a redução da Taxa Cetip em 2017 e no montante aplicado durante o ano os rendimentos de aplicações foram inferiores a exercício anterior. **26. Outras Receitas (Despesas) Líquidas:**

	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Reversão (provisão) de despesas relativas a provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.238)	(1.238)	3.922	3.922
Provisão por redução ao valor recuperável (i)	(842)	(842)	(3.779)	(3.779)
Despesas operacionais	(497)	(497)	(82)	(82)
Outras receitas operacionais	575	575	916	916
Total	(2.002)	(2.002)	977	977

i. Para 2017, referre-se basicamente a R$694 referente impairment de adiantamento a corretores. Para 2016 a Companhia detectou a necessidade de "impairment" da carteira de clientes Newport no valor de R$3.692.

27. Imposto de Renda e Contribuição Social: As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Receita Operacional bruta:				
Coretagem	594.794	632.764	586.211	617.313
Agenciamento	130.473	138.614	137.783	142.488
Consultoria em gestão de benefícios	6.097	11.070	7.882	14.081
(-) Receita de Impostos	37	37	30	30
Total da receita operacional bruta	731.401	782.485	731.906	773.912
Deduções da receita operacional bruta:				
Impostos sobre serviços (ISS)	(71.692)	(73.897)	(67.357)	(69.234)
Devoluções e cancelamentos	(315)	(315)	(428)	(428)
Total líquido da receita operacional bruta	(72.007)	(74.212)	(67.785)	(69.662)
Receita operacional líquida	659.394	708.273	664.121	704.250

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Contador: Magnon Monteiro de Oliveira Junior - CRC 1SP219254/O

Valdeu Participações S/A

CNPJ: 27.490.623/0001-46

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho, 31 de Dezembro de 2017. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial/Ativo (Em MR$)	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**509**	**1.647**
Disponível	**74**	**1.147**
Bens Numerários	74	1.147
Direitos Realizáveis	**435**	**500**
Adiantamentos a diretores e sócios	435	500
Ativo não Circulante	**12.858**	**5.500**
Investimentos	**12.858**	**5.500**
Participação em Outras Empresas	12.858	5.500
Total do Ativo	**13.367**	**7.147**

Balanço Patrimonial/Passivo (Em MR$)	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido	**13.367**	**7.147**
Capital Social	5.700	5.700
Reservas de Lucros	7.664	13.364
Prejuízos Acumulados	–	(11.917)
Total do Passivo	**13.367**	**7.147**

Demonstração do Resultado (Em MR$)	31/12/2017
Receita Operacional	**7.664**
Outras Receitas	7.605
Resultado Operacional	**7.664**
Resultado Líquido do Exercício	**7.664**
Resultado Líquido do Exercício	**7.664**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto (Em MR$)

	31/12/2017
Resultado do Exercício	7.664
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.605)
(+) Lucro Ajustado	59
Adiantamentos a diretores e sócios	(435)
(+) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**(436)**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	510
(+) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**510**
Variação Total das Disponibilidades	**74**
Saldo Inicial das Disponibilidades	–
Saldo Final das Disponibilidades	74

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR$)

Discriminação	Capital social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Prejuízos trimonio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2016				
Integralização de capital social	5.763	-	-	5.763
Lucro Líquido do Exercício	-	7.604	-	7.604
Transferências para reservas	-	7.604	(7.604)	-
Saldo Balanço 31/12/2017	**5.763**	**7.604**	-	**13.367**

Pilon Souza Alves Participações S/A

CNPJ: - 28.102.126/0001-85

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Itete, 31 de Dezembro de 2017. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial/Ativo (Em MR$)	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**368**	**5.132**
Disponível	18	3.699
Bens Numerários	18	3.699
Direitos Realizáveis	283	433
Bens destinados a venda	283	433
Ativo não Circulante	**3.831**	**3.831**
Investimentos	3.831	3.831
Participação em Outras Empresas	3.831	3.831
Total do Ativo	**4.199**	**8.963**

Balanço Patrimonial/Passivo (Em MR$)	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido	**4.132**	**8.963**
Capital Social	3.699	3.699
Reservas de Lucros	433	5.264
Total Patrimônio Líquido	4.132	8.963
Total do Passivo	**4.132**	**8.963**

Demonstração do Resultado (Em MR$)	31/12/2017
Despesas Operacionais	(1)
Outras Receitas	434
Resultado Operacional	**433**
Resultado Líquido do Exercício	**433**
Resultado Líquido do Exercício	**433**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto (Em MR$)

	31/12/2017
Resultado do Exercício	433
Resultado de Equivalência Patrimonial	(434)
(+) Lucro Ajustado	(1)
(+) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**(1)**
Fluxos dos Investimentos:	
Dividendos recebidos	19
(+) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**19**
Variação Total das Disponibilidades	**18**
Saldo Inicial das Disponibilidades	–
Saldo Final das Disponibilidades	18

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR$)

Discriminação	Capital social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Prejuízo trimonio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2016	**3.699**	**5.264**	-	**8.963**
Integralização de capital social	3.699	-	-	3.699
Lucro Líquido do Exercício	-	433	433	433
Transferências para reservas	-	433	(433)	-
Saldo Balanço 31/12/2017	**3.699**	**433**	-	**4.132**

PCPILON Participações S/A

CNPJ: - 11.575.178/0001-47

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Itete 31 de Dezembro de 2017. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial/Ativo (Em MR$)	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**213**	**336**
Disponível	**46**	**169**
Bens Numerários	32	164
Bancos com movimento	14	5
Direitos Realizáveis	**167**	**167**
Bens destinados a venda	167	156
Adiantamento Fornecedores	–	11
Ativo não Circulante	**6.315**	**5.311**
Investimentos	**5.214**	**5.210**
Participação em Outras Empresas	5.214	5.210
Imobilizado	**1.101**	**101**
Imobilizado Próprio	1.101	101
Total do Ativo	**6.528**	**5.647**

Balanço Patrimonial/Passivo (Em MR$)	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**1.305**	**504**
Credores	**1.595**	**504**
Fornecedores diversos	300	–
Contas correntes dos sócios	755	54
Empréstimos diversos	450	450
Patrimônio Líquido	**5.023**	**5.143**
Capital Social	2.751	2.751
Reservas de Lucros	2.282	2.402
Ajustes acumulados de conversão	(10)	(10)
	5.023	5.143
Total do Passivo	**6.528**	**5.647**

Demonstração do Resultado (Em MR$) 31/12/2017 31/12/2016

Receita Bruta Operacional: Vendas	-	180
Deduções sobre vendas	-	(6)
Receita Líquida	-	174
Custo dos produtos vendidos	-	(94)
Lucro Bruto	-	132
Despesas Operacionais	(41)	(1)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Outras Receitas	233	1.029
Resultado Operacional	**191**	**1.027**
Resultado do Exercício	**191**	**1.027**
CSLL / IRPJ sobre Lucro	-	(4)
Resultado Líquido do Exercício	**191**	**1.153**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (EM MR$)

Discriminação	Capital Social	Reservas Lucros/Legais	Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2015	**2.751**	**1.354**	**153**	**4.258**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.153	1.153
Transferências para reservas	-	1.308	(1.308)	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(240)	-	(240)
Ajuste de conversões	-	-	(5)	(5)
Saldo Balanço 31/12/2016	**2.751**	**2.402**	**(10)**	**5.143**
ajuste exercício anterior	-	(31)	-	(31)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	191	191
Transferências para reservas	-	191	(191)	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(280)	-	(280)
Saldo Balanço 31/12/2017	**2.751**	**2.282**	**(10)**	**5.023**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto (Em MR$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos do Operacional:		
Resultado do Exercício	191	1.153
Resultado de Equivalência Patrimonial	(231)	(1.029)
(+) Lucro Ajustado	(40)	124
Bens destinados a venda	(11)	44
Adiantamentos diversos	11	-
Fornecedores diversos	300	-
Contas correntes dos sócios	700	-
(+) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**960**	**170**
Dividendos recebidos	197	207
Aquisição de Imobilizado	(1.000)	-
(+) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**(803)**	**207**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(280)	(260)
(+)Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(280)**	**(260)**
Variação Total das Disponibilidades	**(123)**	**117**
Saldo Inicial das Disponibilidades	169	52
Saldo Final das Disponibilidades	46	169

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR$)

Discriminação	Capital Social	Reservas Lucros/Legais	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio Líquido	Total
Saldo em 31/12/2015	**5.233**	**2.190**	**600**	**9.148**	**9.232**
Lucro Líquido do Exercício	-	1.471	-	1.471	1.471
Transferências para reservas	-	2.071	(2.071)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(240)	-	(240)	(240)
Ajuste de conversão	-	-	(12)	(12)	(12)
Saldo em 31/12/2016	**5.233**	**4.021**	**(2.483)**	**(22)**	**9.232**
Lucro Líquido do Exercício	-	666	-	666	666
Transferências para reservas	-	350	(350)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(

Companhia Müller de Bebidas

CNPJ/IMF nº 03.485.775/0001-92

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 27/04/2018, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Estrada Municipal PNG 349, Chácara Taboão, Município de Pirassununga/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Deliberação acerca do relatório da administração, incluindo a proposta de orçamento de capital, e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2017; b) Deliberação acerca da destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referente ao exercício social findo em 31/12/2017; e c) Deliberação acerca da remuneração anual global máxima dos administradores. Pirassununga/SP, 03/04/2018.

Henrique Souza e Silva Pereto - Presidente do Conselho de Administração. (05,06,07)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS. PROCESSO Nº 0015081-57.2012.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) 1) ARBIPAV - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ 05.241.725/0001-95; 2) EMANUEL DUARTE CANGUÇU BRITO, RG 34677901, CPF 288.332.478-64, e 3) CARLOS FERNANDES DE OLIVEIRA, Brasileiro, CPF 522.950.118-49, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco do Brasil S/A, requerendo em síntese: o recebimento de R$122.910,63 (30/04/2012), oriundos de Cédula de Crédito Bancário nº 697.001.202, emitida em 30/01/2011. Os executados não adimpliram com a obrigação, o que gerou o saldo devedor acima citado. Encontrando-se a(s) parte(s) ausente(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 03 (três) dias úteis passar a dividir ou, no prazo de 15 dias úteis, opor embargos ou comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários, para valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Os prazos referidos fluirão após o decurso do prazo do presente edital.Não havendo impugnação da parte executada, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de janeiro de 2018. 04 e 05/04

Cragea - Companhia Regional de Armazéns Gerais e Entrepostos Aduaneiros

CNPJ-MF nº 44.411.353/0001-50

Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Acionistas a se reunirem em **AGOE, dia 16/04/18, 10h, na sede à Rodovia Índio Tibiriça, nº 12.000, km 58, Suzano/SP**, para deliberarem: a) Aprovação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/17; b) Destinação do lucro apurado no exercício 2017; c) Alteração do Estatuto Social; e d) Outros assuntos. Encontram-se à disposição na sede da empresa os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **A Diretoria.**

Grupo FQM Holding S.A.

CNPJ/MF nº 27.059.432/0001-24 | NIRE 35.300.500.971

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 14/03/2018

1. Data, Horário e Local: Aos 14/03/2018, às 10:30hs, na sede social do Grupo FQM Holding S.A., localizada em São Paulo/SP, na Alameda Santos, nº 1.293, 6º Andar, conjunto 63, Cerqueira, CEP 01419-904 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Fernando Gabriel Itzaina Sanchez; Secretário: Alexandre Corrêa Corrêa. **4. Ordem Do Dia:** Deliberar sobre: (i) a autorização da prestação pela Companhia de (a) alienação fiduciária de quotas representando 99% do capital social da Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda. e de quotas representando 99,97% do capital social da E-Mídia Propaganda e Marketing Ltda., bem como de ações representando 100,00% do capital social da Farmoquímica S.A. e de representando 99,99% do capital social da Divcom S.A. ("Alienação Fiduciária", "Quotas Alienadas" e "Ações Alienadas" respectivamente); (b) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio de sua titularidade, decorrentes das Quotas Alienadas e das Ações Alienadas ("Dividendos Cedidos" e "Cessão de Dividendos", respectivamente); (c) cessão fiduciária de todos direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados às Quotas Alienadas, às Ações Alienadas e aos Dividendos Cedidos, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação a tais Quotas Alienadas, Ações Alienadas e Dividendos Cedidos ("Créditos Adicionais"); e (d) cessão fiduciária de todos os direitos sobre a conta corrente nº 7934-0, mantida na agência nº 2773 do Banco Bradesco S.A. ("Direitos da Conta Vinculada", em conjunto com a Cessão de Dividendos e os Créditos Adicionais, simplesmente, "Cessão Fiduciária" e, por sua vez, em conjunto com a Alienação Fiduciária, as "Garantias"), todas a serem prestadas em favor da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente de notas e representante dos titulares de notas promissórias comerciais da 1ª emissão da Divcom S.A. ("Emissora", "Notas Comerciais" e "Agente Fiduciário"); (ii) a autorização à prática, pela Diretoria da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização das Garantias. **5. Deliberações**: Por unanimidade de votos, foram aprovadas a (i) constituição das Garantias, em favor do titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário; e (ii) autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias para efetivar a deliberação prevista no item (i) acima, de modo a constituir as Garantias. As Garantias servirão para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias da Emissora a serem assumidas perante os titulares das Notas Comerciais. As Notas Comerciais contam com as seguintes características: (a) Montante Total: o valor nominal máximo é de R$5.000.000,00, sendo emitidas 73 Notas Comerciais e totalizando o montante de R$365.000.000,00; (ii) vencimento: as Notas Comerciais possuem prazo de 180 contados da data de sua emissão, qual seja, 20/03/2018, vencendo, portanto, em 16/09/2018; e (iii) Atualização Monetária e Remuneração: o Valor Nominal Unitário da Nota Comercial não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação percentual acumulada de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) a ano, base 252 dias úteis. A remuneração será calculada na forma prevista nas respectivas cártulas. As demais características das Notas Comerciais estão descritas nas respectivas cártulas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual lavrou-se a presente ata sob a forma de sumário nos termos do artigo 130 da Lei das S.A. que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Confere com o original, lavrado em livro próprio. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de março de 2018. Fernando Gabriel Itzaina Sanchez - Presidente da Mesa; Alexandre Corrêa Corrêa – Secretário. **JUCESP** nº 149.679/18-0 em 28/03/2018. Flávia R. Britto – Secretária Geral.

RINO PUBLICIDADE S.A.

CNPJ nº 60.883.261/0001-29

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vs. o resultado de nossas operações no decorrer do período iniciado em 01/01/2017 e encerrado em 31/12/2017, conforme balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício, de fluxo de caixa, de mutações do patrimônio líquido e notas explicativas às demonstrações financeiras. São Paulo, 15 de janeiro de 2018. **A DIRETORIA.**

Balanço Patrimonial - ATIVO

	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	**5.236.837,77**	**7.973.256,41**
Caixa e equivalentes de caixa	2.919.973,25	5.058.923,24
Clientes	481.518,22	1.908.539,23
Despesas antecipadas	10.519,00	721.415,63
Créditos empresas coligadas	941.375,17	162.318,32
Créditos diversos	26.857,92	122.059,99
Impostos a recuperar	856.594,21	-
NÃO CIRCULANTE	**326.604,47**	**709.787,56**
Realizável a longo prazo	111.111,43	111.111,43
Investimentos	37.582,90	351.111,18
Imobilizado	128.928,45	166.616,32
Intangível	48.981,69	80.948,63
TOTAL DO ATIVO	**5.563.442,24**	**8.683.043,97**

Balanço Patrimonial - PASSIVO

	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	**2.510.568,67**	**4.168.017,39**
Fornecedores	1.128.783,87	2.901.963,25
Salários a pagar	124.739,57	213.781,11
Tributos a recolher	26.639,99	39.110,28
Outras obrigações	486.557,64	409.901,63
Lucros a pagar	743.847,60	603.261,12
NÃO CIRCULANTE	**103.882,15**	**103.882,15**
Tributos com exigibilidade suspensa	103.882,15	103.882,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.948.991,42**	**4.411.144,43**
Capital social	1.800.000,00	1.800.000,00
Reservas de capital	38.836,75	38.836,75
Reservas de lucros	1.110.154,67	2.572.307,68
TOTAL DO PASSIVO	**5.563.442,24**	**8.683.043,97**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Total
31/12/2015	**1.800.000,00**	**38.836,75**	**2.812.847,15**	**4.651.683,90**
Prejuízo líquido			(240.539,47)	**(240.539,47)**
31/12/2016	**1.800.000,00**	**38.836,75**	**2.572.307,68**	**4.411.144,43**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(257.904,80)	**(257.904,80)**
Prejuízo líquido			(1.204.248,21)	**(1.204.248,21)**
31/12/2017	**1.800.000,00**	**38.836,75**	**1.110.154,67**	**2.948.991,42**

Demonstração do Resultado

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	**7.032.146,62**	**9.177.707,38**
(-) Impostos sobre vendas	(747.441,89)	(1.339.544,70)
Lucro bruto	**6.284.704,73**	**7.838.162,68**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(4.795.491,10)	(4.568.616,76)
Com vendas	(2.461.187,03)	(4.493.992,90)
Outras receitas e despesas	(578.395,32)	300.131,14
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(1.550.368,72)**	**(924.315,84)**
Resultado financeiro	**346.120,51**	**683.776,37**
Receitas financeiras	361.396,90	710.974,91
Despesas financeiras	(15.276,39)	(27.198,54)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(1.204.248,21)**	**(240.539,47)**
Prejuízo líquido do período	**(1.204.248,21)**	**(240.539,47)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.204.248,21)	(240.539,47)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	1.427.021,01	(694.319,99)
Outros ativos e passivos	339.688,78	(511.829,33)
Fornecedores	(1.773.179,38)	1.914.746,20
Obrigações trabalhistas e tributárias	(101.511,83)	59.873,30
Caixa proveniente/utilizado operações	**(1.312.229,63)**	**527.930,71**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda de bens do ativo imobilizado	37.687,87	2.559,49
Investimentos efetuados no ativo intangível	31.966,94	34.018,68
Caixa utilizado atividades de investimentos	**69.654,81**	**36.578,14**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos efetuados a empresas ligadas	(638.470,37)	25.832,01
Lucros efetivamente ajustados no período	(257.904,80)	-
Caixa proveniente/utilizado atividades financiamento	**(896.375,17)**	**25.832,01**
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes	**(2.138.949,99)**	**590.340,86**
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.058.923,24	4.468.582,38
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.919.973,25	5.058.923,24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado-ajustado)	6.724	2.969	- 1.912	(57.390) (46.765)
Lucro de exercício	-	-	-	20.622 20.622
Aumento de capital com participação na Truck	1.287	-	1.053	- 2.340
Aumento de capital e reserva de ágio de partes relacionadas	2.289	-	38.015	- 40.304
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	4.382 4.382
Em 31 de dezembro de 2016	10.300	2.969	39.068	6.294 (36.768) 21.863
Lucro de exercício	-	-	-	- 13.163 13.163
Aumento de capital com reserva de ágio	39.068	-	(39.068)	- - -
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(685) 685 -
Distribuição desproporcional de lucros em controlada	-	-	-	- (2.946) (2.946)
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	(232) 232 -
Em 31 de dezembro de 2017	49.368	2.969	-	5.377 (25.634) 32.080

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado-ajustado)	6.724	2.969	-	-	1.912	(57.390)	(46.765)	- (46.765)
Lucro de exercício	-	-	-	-	-	20.622	20.622	- 20.622
Aumento de capital com participação na Truck	1.287	-	1.053	-	-	2.340	60	2.400
Aumento de capital e reserva de ágio de partes relacionadas	2.289	-	38.015	-	-	40.304	-	40.304
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	4.382	-	4.382	112	4.494
Em 31 de dezembro de 2016	10.300	2.969	39.068	6.294	(36.768)	21.863	172	22.035
Lucro de exercício	-	-	-	-	13.163	13.163	90	13.253
Aumento de capital com reserva de ágio	39.068	-	(39.068)	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(685)	685	-	-	-
Distribuição desproporcional de lucros em controlada	-	-	-	-	(2.946)	(2.946)	(75)	(3.021)
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	(232)	232	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	49.368	2.969	-	5.377	(25.634)	32.080	187	32.267

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(=) Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	17.459	21.695	18.327	22.016
Ajustes				
Valor residual de imobilizado baixado	1.114	327	1.413	327
Provisão para contingência	(200)	(23)	(200)	(23)
Amortização de ágio	-	362	-	362
Depreciação de imobilizado	341	340	1.254	340
Amortização de intangível	10	7	10	7
Equivalência patrimonial	(3.503)	-	-	-
Provisão para giro lento	(360)	554	(360)	554
Provisão para devedores duvidosos	1.476	1.174	1.476	1.174
Variação cambial e juros sobre empréstimos de partes relacionadas	-	(11.490)	-	(11.490)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	516
Juros sobre empréstimos bancários	738	438	738	438
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(555)	(1.855)	(555)	(1.855)
Estoques	(2.888)	(11.590)	(2.888)	(11.590)
Impostos a recuperar	426	(1.793)	426	(1.793)
Adiantamentos	(5)	256	(328)	256
Depósitos judiciais	11	8	11	8
Outros ativos	14	26	14	26
Fornecedores	(8.365)	11.358	(8.457)	11.358
Obrigações sociais e trabalhistas	(216)	396	(184)	396
Obrigações tributárias	219	(1.083)	71	(1.083)
IRPJ e CSLL a pagar	(4.923)	(2.905)	(5.701)	(3.226)
Outras contas a pagar	61	(26)	(1)	(26)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	851	5.179	5.083	5.695
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado	(4.330)	(311)	(5.607)	(311)
Aquisições de intangível	-	(13)	-	(13)
Distribuição desproporcional de dividendos em investida	-	-	(3.021)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.330)	(324)	(8.628)	(324)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos bancários tomados (pagos)	21.060	4.571	21.060	4.571
Empréstimos com partes relacionadas	-	(13.379)	-	(13.379)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	21.060	(8.808)	21.060	(8.808)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	17.581	(2.953)	17.495	(2.437)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	5.224	8.177	5.740	8.177
No final do exercício	22.805	5.224	23.235	5.740
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	17.581	(2.953)	17.495	(2.437)

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na sede da sociedade. **A ADMINISTRAÇÃO**

COMPANHIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E ADMINISTRADORA PRADA

C.N.P.J. nº 51.459.642/0001-94

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sª. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estas contas foram por nós examinadas e julgadas corretas, recomendando-se sua aprovação. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sª.s. para quaisquer informações adicionais. São Paulo, 14 de fevereiro de 2018 **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.329	8.431
Tributos a recuperar	2.855	2.996
	11.184	11.427
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	15	50
	15	50
mobilizado	1.936	1.943
	1.951	1.993
Total do ativo	13.135	13.420
Passivo e patrim nio l uido	**2017**	**2016**
Circulante		
o mecedores	3	10
Encargos sociais	-	180
Tributos a pagar	36	119
utros passiv os	16	13
	55	322
Patrim nio l uido		
Capital social	14.165	14.165
Reserva de lucros	283	283
Prejuízos acumulados	(1.368)	(1.350)
	13.080	13.098
Total do passivo e patrim nio l uido	13.135	13.420

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E ERCÍCIOS INDOS EM 31 DE DEZEMBR O

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	2017	2016
Despesas operacionais		
erais e administrativ as	(760)	(4.661)
utras receitas (despesas) operacionais , líquidas	-	(201)
Pre u o operacional antes do resultado financeiro	(760)	(4.862)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras, líquidas	1.092	1.907
Despesas financeiras	(2)	(1)
Lucro pre u o operacional	330	(2.956)
Resultado não operacional	-	(1)
Lucro pre u o antes do imposto de renda e da contribuição social	330	(2.957)
Imposto de renda e contribuição social	(348)	-
Lucro pre u o l uido do e erc cio	(18)	(2.957)
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R	(0,10)	(15,89)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRAN ENTES Em mil ares de reais e ceto o lucr o l uido por ação

	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(18)	(2.957)
utros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do e erc cio	(18)	(2.957)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	2017	2016
lu os de cal a das atividades operacionais		
Pre u o l uido	(18)	(2.957)
A ustes		
Depreciação	9	9
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	1
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	141	(246)
Depósitos judiciais	35	33
utros ativ os	(1)	-
o mecedores	(7)	3
Salários e encargos sociais	(180)	(1.359)
Tributos a pagar	(82)	79
utros passiv os	3	(4)
Cai a l uido aplicado nas atividades operacionais	(100)	(4.441)
Cai a l uido aplicado nas atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2)	(2)
Cai a l uido aplicado nas atividades de investimentos	(2)	(2)
Redução l uida de cai a e e uiv alentes de cai a	(102)	(4.443)
Cai a e e uiv alentes de cai a no in cio do per odo	8.431	12.874
Cai a e e uiv alentes de cai a no inal do per odo	8.329	8.431

A DIRETORIA

Paulo Roberto Deia Marta

Contador - CRC 1SP118311 -7

CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa relativos aos exercícios encerrados em 31/12/17 e 2016. Capivari, 22/03/2018.

Balanço Patrimonial - ATIVO (Em Reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Disponibilidades			
Caixa e Bancos		16.840	22.600
Aplicações Financeiras	2	12.459.618	11.922.115
Valores a Receber		52.033	52.033
		12.528.491	11.996.748
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber		35.723	35.723
		35.723	35.723
Permanente			
Imobilizado			
Custo Corrigido	3	32.372.576	32.372.576
Depreciação Acumulada	3	(505.106)	(504.675)
		31.867.470	31.867.900
TOTAL DO ATIVO		**44.431.684**	**43.900.371**

Balanço Patrimonial - PASSIVO (Em Reais)

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Obrigações Trabalhistas/Sociais		43.692	40.017
Obrigações Fiscais		39.431	40.216
Provisão IRCS		178.767	209.717
		261.890	289.950
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Mútuo - Copersucar	4	6.249.250	6.249.250
		6.249.250	6.249.250
Patrimônio Líquido			
Capital Social	5	34.510.000	34.510.000
Lucros Acumulados		1.531.056	1.275.948
Reserva Legal		1.879.489	1.575.223
		37.920.545	37.361.171
TOTAL DO PASSIVO		**44.431.684**	**43.900.371**

Demonstrações Do Resultado Do Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receita Operacional Bruta		7.616.160	9.616.615
Deduções de Vendas		(280.095)	(357.722)
Receita Líquida Operacional Líquida		7.336.065	**9.258.893**
Lucro Bruto		**7.336.065**	**9.258.893**
Despesas Operacionais:			
Despesas Administrativas		(879.774)	(916.652)
Despesas Tributárias		(369.388)	(299.462)
Receitas Financeiras Líquidas		1.103.929	1.640.309
Lucro Operacional		**7.190.832**	**9.683.088**
(=) Lucro Líquido Antes IR e C.S.L.		**7.190.832**	**9.683.088**
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(1.105.510)	(1.918.932)
Lucro Líquido Exercício		**6.085.322**	**7.764.156**
Quantidade de Ações do Capital Social		**87.500.000**	**87.500.000**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		**69,55**	**88,73**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Descrição	Capital Social	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Reserva Legal	Total
Saldo em 31/12/2014	34.510.000	1.201.454	941.502	36.653.036
Lucro líquido do exercício	-	4.909.267	-	4.909.267
Lucros Distribuídos	-	(4.401.484)	-	(4.401.484)
Constituição da reserva legal	-	(245.463)	245.463	-
Saldo em 31/12/2015	34.510.000	1.463.609	1.187.015	37.160.620
Lucro líquido do exercício	-	7.764.156	-	7.764.156
Lucros Distribuídos	-	(7.563.805)	-	(7.563.805)
Constituição da reserva legal	-	(388.208)	388.208	-
Saldo em 31/12/2016	34.510.000	1.275.948	1.575.223	37.361.171
Lucro líquido do exercício	-	6.085.322	-	6.085.322
Lucros Distribuídos	-	(5.525.948)	-	(5.525.948)
Constituição da reserva legal	-	(304.266)	304.266	-
Saldo em 31/12/2017	34.510.000	1.531.056	1.879.489	37.920.545

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	7.616.160	8.800.615
Pagamentos de fornecedores	(192.799)	(187.423)
Pagamentos de obrigações trabalhistas e sociais	(667.853)	(653.584)
Pagamentos de obrigações fiscais	(668.053)	(653.220)
Caixa gerado das atividades operacionais	**6.089.455**	**7.306.388**
Juros pagos	(533)	751
Imposto de renda e CSLL pagos	(1.008.862)	(1.459.910)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**5.080.060**	**5.847.229**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Ativo Permanente	-	(700.000)
Caixa gerado das atividades de investimentos	-	**(700.000)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(3.890.280)	(13.265.000)
Resgate de aplicações financeiras	4.330.000	15.663.791
Dividendos Pagos	(5.525.540)	(7.564.593)
Caixa líquido usado atividades financeiras	**(5.085.820)**	**(5.165.792)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.760)**	**(18.563)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	22.600	41.162
Caixa e equivalente de caixa no final do período	**16.840**	**22.600**

1. Contexto operacional - As operações da Empresa compreendem, basicamente, o cultivo da cana-de-açúcar, a administração e a locação ou arrendamento de bens imóveis. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária. ***Resumo das principais práticas contábeis*** - a. *Apuração do resultado* - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência - de exercício. b. *Ativo Circulante* - **Aplicações financeiras** - Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que, não supera o valor de mercado. c. *Permanente* - **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, líquido do depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 3 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. *d. Passivo circulante e não circulante* - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço. - **Imposto de renda e contribuição social** - A alíquota aplicável sobre o montante legislação do lucro presumido, são de aproximadamente 8% da receita bruta para o imposto de renda e 3% para contribuição social. **3. Imobilizado:**

Taxa de Depreciação a.a.	Custo	Depreciação	2017 Líquido	2016 Líquido
Benfeitorias 4%	135.870	135.870	-	-
Casas e Vila Residenciais 4%	318.970	318.970	-	-
Veículos 20%	37.175	37.175	-	-
Outras 10 a 20%	104.998	13.091	91.907	92.337
Imobilizações Terrenos	31.775.563		31.775.563	31.775.563
	32.372.576	505.106	31.867.470	31.867.900

4. Mútuo - Copersucar - Correspondem a operações de mútuo, a prazo e condições usuais de mercado, com a COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

5. Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **6. Imposto de renda e contribuição social** - A

	2017	2016
Receita bruta de vendas, arrendamentos e outras	**7.616.160**	**8.800.615**
Alíquota fiscal combinada	14,52%	21,80 %
Imposto de renda e contribuição social	1.105.510	1.918.932

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receita Operacional Bruta		**7.616.160**	**9.616.615**
Deduções de Vendas		(280.095)	(357.722)
Receita Líquida Operacional Líquida		7.336.065	**9.258.893**
Lucro Bruto		**7.336.065**	**9.258.893**
Despesas Operacionais:			
Despesas Administrativas		(879.774)	(916.652)
Despesas Tributárias		(369.388)	(299.462)
Receitas Financeiras Líquidas		1.103.929	1.640.309
Lucro Operacional		**7.190.832**	**9.683.088**
(=) Lucro Líquido Antes IR e C.S.L.		**7.190.832**	**9.683.088**
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(1.105.510)	(1.918.932)
Lucro Líquido Exercício		**6.085.322**	**7.764.156**
Quantidade de Ações do Capital Social		**87.500.000**	**87.500.000**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		**69,55**	**88,73**

Diretoria

Joseli Forti - Diretor Presidente

Wanderley Forti - Diretor Vice-Presidente

Marco Antonio Pompermayer - Contador CRC-SP 101.666/O-6

NOVA PIRAMIDAL THERMOPLASTICS S.A.

CNPJ: 09.220.921/0001-34

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Cotistas: Dando cumprimento as disposições, vimos submeter a sua apreciação, as Demonstrações Contábeis, contas e documentos do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016. A Diretoria permanece a disposição dos cotistas para quaisquer esclarecimentos. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Edital de Citação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1013592-54.2015.8.26.0007.O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniella Carla Russo Greco de Lemos, na forma da Lei, etc. Faz saber a **JOAS ERISON DE LIMA RG nº 42.037.950-2 e do CPF/MF nº282.388.068-28**, que **QFGV SOLUÇÕES LTDA. ME**, ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$1.636,45 (Junho/2015), derivadas das notas promissórias anexas aos autos. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito, acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2018. 05 e 06/04.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE PASQUAL CARRIERI NETTO, REQUERIDO POR MIRIAM ABDALLA BRANDÃO - PROCESSO **Nº1037934-50.2015.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Reginaldo Assiz Ricci, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05/07/2017 17:07:01, foi decretada a INTERDIÇÃO de PASQUAL CARRIERI NETTO, RG. 2.232.952, CPF (01).717.528-91, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, portador de transtorno psicótico (CID 10F29) e Síndrome Demencial em estágio moderado (CID 10F03), e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). MIRIAM ABDALLA BRANDÃO, portadora do RG nº 8.195.417-7 SSP/SP, e CPF nº 046.312.198-82. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. 26,05

EDITAL DE INTIMAÇÃO, Processo nº 1002844-78.2015.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. Por meio desta decisão, que servirá como EDITAL (PRAZO DE 20 DIAS), FAÇO SABER à PATRICIA DE FÁTIMA GONÇALVES FARIA, inscrita no CPF nº 149.046.899-353, que lhe foi proposta uma ação de cobrança, no valor de R$ 4.940,25, ajuizada pelo Beneficência Nipo Brasileira de São Paulo. Frustradas as tentativas de sua localização, foi determinada sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de janeiro de 2018. Intime-se. São Paulo, aos 11 de janeiro de 2018. B 05 e 06/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026340-73.2014.8.26.0001 A MM. Juiza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Contrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER Faz Saber a Savage Locação de Equipamentos P/Rem de Terras S/C Ltda, CNPJ 52.636.339/0001-82, na pessoa de seu representante legal, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou ação ordinária de cobrança objetivando a condenação da ré ao pagamento de R$ 53.586,62 (atualizado até 12.12.2013), bem como a custas, honorários e demais cominações, referente ao saldo devedor do Contrato de Limite de Crédito - Cheque Empresa - nº 4791309497000173. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel e presumir-se ao verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2018. B 05 e 06/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0072818-27.2012.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) IRMA CASELLI - ME, CNPJ 09.290.591/0001-53, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte do Banco Bradesco S/A, na pessoa de seu representante legal, para cobrança de R$2.122.150,18 (maio/2017), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 5.034.753. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 03 dias, pague o débito, atualizado ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exeqüente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, presumindo-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 § - IV). Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2018. B 05 e 06/04

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1032149-77.2017.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/ Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcos de Lima Porta, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO move uma Ação de Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Publica / DL 3.365/1941 contra IVALDO ALIGUSTO DO AMARAL e ADEILDA RIBEIRO DO AMARAL, objetivando a desapropriação da área concernente à totalidade do terreno e benfeitorias nele erigidas, conforme matrícula nº 110.146, do 18º Registro de Imóveis, situado na Rua Augusto João Pereira, nº 331, contribuinte nº 107.216.0045-9, declarado de utilidade pública conforme Decreto nº 56.837, datado de 25.02.2016. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 dias a contar da publicação no Orgão Oficial, nos termos do artigo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de fevereiro de 2018. B 05 e 06/04

Intimação- Prazo 20 dias - Processo: 0001769-92.2018.8.26.0008 (cumprimento de sentença) Processo Principal: 1005645-77.2014.8.26.0008. O Dr. Luiz Fernando Nardelli, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível - Foro Regional VIII - Tatuapé. Faz Saber a Carlos Adriano Santos Melo - Me, nome fantasia Kalwood Armários Embutidos e também conhecido por Grupo Analia Planejados, CNPF 13.267.762/0001-09, que a Ação de Cumprimento de Negócio c/c restituição de Quantia Paga c/c Reparação Por Danos Morais, requerida por Daniel Pereira Lima Ribeiro, foi julgada procedente, condenando a ré ao pagamento de R$ 20.574,49 (fev/2018), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando a réu em lugar ignorado, expediu-se o presente, para que, em 15 dias, após fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do Código de Processo Civil). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executado, independente de penhora ou nova intimação, ofereça sua impugnação, nos próprios autos (art. 525 do Código de Processo Civil). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Sabo Paulo, 21 de março de 2018. B 05 e 06/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014639-47.2016.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PROCIMT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/C LTDA ME, CNPJ 46.228.268/0001-86, e CIA. CORONADO DE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, CNPJ 62.030.291/0001-18, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Judimara Garofalo, requerendo a anulação de contrato cumulado com restituição de valores referente ao imóvel denominado "Balneário Jardim da Ilha", lote nº 19, quadra nº 11, no Município de Caraanéia, Comarca de Jacarezinga. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de janeiro de 2018. B 05 e 06/04

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo 0121773-86.2012.8.26.0100 (983.00.2012 121773). O Dr. Alessio Martins Gonçalves, Juiz de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Concord Intermediação de Planos de Consórcio Ltda - Me, CNPJ 09.350.163/0001-79, na pessoa de seu representante legal que Fundação Internacional de Comunicação-FIP, lhe ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o pagamento a ré ao pagamento de R$ 87.937,96 (fev/2012), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao débito do contrato de prestação de serviço de veiculação nº 1275 e notas fiscais nº's 0977/1004/1095/1122/1261, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento da quantia especificada devidamente atualizada e efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos, nos termos do artigo 701 do CPC, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). A ré será isenta do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e se embargos não forem opostos, ficará sujeito-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018. B 05 e 06/04

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis abaixo descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.
SED:1D4D8- CONTRATO: 102354135782-9- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA-AGENCIA: 0235 SE

SERGIO AUGUSTO DA COSTA, BRASILEIRO(A), ELETROTECNICO CPF 10575636840, CI 13.517.484 SSP/SP, , **e cônjuge, se casado(a) estiver.**
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 01, ANDAR TERREO, BLOCO 4, EDIFICIO ROSA, CONJUNTO RESIDENCIAL DAS FLORES, SITUADO A RUA ARISTIDES JOFRE, Nº 140, (ENTRADA PRINCIPAL), 23º SUBDITRITO - CASA VERDE, SAO PAULO, SP. CONTENDO A AREA UTIL DE 44,66M2 E AREA COMUM DE 49,254M22, NESTA INCLUIDA AREA DE GARAGEM, PERFAZENDO A AREA CONSTRUIDA DE 93,914M52, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 1,3889% NO TERRENO CONDOMINIAL. CABENDO A ESSE APARTAMENTO UMA VAGA NO ESTACIONAMENTO COLETIVO, DESCOBERTO, LOCALIZADO NO PAVIMENTO TERREO DO CONJUNTO, PARA UM AUTOMOVEL DE PASSEIO OU DO TIPO UTILITARIO, EM LOCAL INDETERMINADO. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇOES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 590.153,16
VALOR AVALIAÇÃO: art. 1484 CC: R$ 235.000,00

SAO PAULO, 02/04/2018
ARY ANDRÉ NETO

02 - 05 - 18/04/2018

ISEC SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
Edital de Convocação
Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 5ª, 6ª, 8ª, 29ª, 30ª e 31ª Séries da 1ª Emissão da Isec Securitizadora S.A (Sucessora por Incorporação da Isec Brasil Securitizadora S.A a Partir de 01/05/2017)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 5ª, 6ª, 8ª, 29ª, 30ª e 31ª Séries da 1ª Emissão da **Isec Securitizadora S.A.** ("CRI", "Emissão", e "securitizadora" respectivamente), nos termos das cláusulas 14.2, em especial a cláusula 14.15, dos respectivos Termos de Securitização das Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 5ª, 6ª, 8ª, 29ª, 30ª e 31ª Séries ("**TS**") a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia 25 de abril de 2018, às 14:00, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, São Paulo – SP, para deliberarem sobre: (i) a suspensão da obrigatoriedade de atendimento pelo Cinco Ubuntuano Ltda. ("**Fiduciária**") de Razão de Direitos Creditórios previstos nos Contratos de Cessão Fiduciária da 5ª, 6ª, 8ª, 29ª, 30ª e 31ª Séries pelo prazo de 12 (doze) meses a contar do dia 26/03/2018; (ii) medidas a serem tomadas em relação ao não atendimento da Razão de Direitos Creditórios verificado nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro sem as Amortizações Antecipadas correspondentes; (iii) medidas a serem tomadas em relação a não recomposição do Fundo de Liquidez da 5ª, 6ª e 8ª séries no prazo disposto nas notificações datadas de 08/02/2018; (iii) concessão de prazo para que a Fiduciante apresente os documentos que subsidiam a reparação de dívidas com header value value value